RELATÓRIO

IEPA2010

INSTITUTO DE EDIFICAÇÃO DA PAZ
PARA OS PALOPS

Maputo, Julho de 2010 - JustaPaz

RELATÓRIO

IEPA2010

INSTITUTO DE EDIFICAÇÃO DA PAZ
PARA OS PALOPS

Maputo, Julho de 2010 - JustaPaz

FICHA TÉCNICA

Título: Relatório IEPA 2010
Edição: JustaPaz 2010
Maquetização: Pedro Júnior
Tiragem:
Impressão:

JustaPaz
Av. Dos Heróis Moçambicanos, 115
Matoloa Hanhane - C. P. 2640
Telefax: +258 21724245
e-mail: justapa@tvcabo.co.mz
webpage: www.justapaz.ogr.mz

ÍNDICE

Abreviaturas 4
Introdução 5
Palavra de Abertura 6
Conferencia de Edificação da Paz - IEPA 2010 9
Cursos do Instituto de Edificação da Paz 2010 20
Liderança e Transformação de Conflitos. 21
Governação, Direitos Humanos e Conflitos. 21
Desenvolvimento Institucional e Conflitualidade 22
Género, HIV/SIDA e Conflito 22

Avaliação e Comentário dos participantes 23
Anexos 24
A mulher e a participação política em Moçambique 24
Espaços criados para a participação e interacção da mulher na promoção da democracia e boa-governação no PALOP's 32
O papel da mulher na promoção da democracia e boa-governação nos Palops: a experiência de Moçambique 46
"o papel da mulher na promoção da democracia e boa-governação nos Palops". 52

Lista dos participantes 56

ABREVIATURAS

AMMCJ - Associação Moçambicana da Mulher de Carreira Jurídica
AMODEG - Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra
CCM - Conselho Cristão de Moçambique
CEEI - Centro de Estudos Estratégicos Internacionais
CIAJ - Centro de Investigação e Assistência Jurídica
CJE - Coligação Justiça Económica
CMCM - Conselho Municipal da Cidade da Matola
CMCI - Conselho Municipal da Cidade de Inhambane
FDA - Fundo de Desenvolvimento Agrário
IECV - Igreja Evangélica Cristo Vive
IIAM - Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
ISRI - Instituto Superior de Relações Internacionais
KUGANISSICA - Associação de Jovens em Defesa dos Direitos Humanos
MINAG - Ministério da Agricultura
MMAS - Ministério da Mulher e Acção Social
NPFFC - Núcleo Provincial
ONG - Organização Não Governamental
OREC - Organização de Resolução de Conflitos
PNDH - Pressão Nacional dos Direitos Humanos
SADAC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SPI - Secretaria Provincial de Inhambane
UCM - União de Camponeses de Moamba

INTRODUÇÃO

Entre os dias 08 a 23 de Julho do corrente ano, teve lugar a 5ª edição do Instituto de Edificação da Paz (IEPA) para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs).

IEPA é um programa anual do Centro de Estudo e Transformação de Conflitos - JustaPaz que abarca duas actividades nomeadamente:

a) Conferência de Edificação da Paz Para os PALOPs e;
b) Cursos específicos e de curta duração com matérias relacionadas com gestão, transformação, resolução de conflitos e edificação da paz.

O programa procura responder à necessidade de aumentar o número de profissionais com uma formação sólida e de qualidade na área de Transformação de Conflitos no espaço dos PALOPs em particular e no mundo no geral.

O IEPA-2010 decorreu no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano e no Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA).

PALAVRA DE ABERTURA

Prof. Doutor Jamisse Taimo
Presidente do CA JustaPaz

Exmos.....

Minhas senhoras, meus senhores,

Em primeiro lugar gostaria de desejar boas vindas a todos aqui presentes, e expressar a minha satisfação porque acredito que todos os que a esta conferência vieram, estão dedicados e empenhados na luta pela emancipação da mulher, na criação de espaços e oportunidades para uma maior expressão das potencialidades que a mulher mocambicana tem na promocao de valores democraticos, na criacao de condicoes para uma paz duradoura e no estabelecimento de infra-estruturas para um desenvolvimento economico, politico e social sustentavel a longo prazo.

A minha gratidão e satisfação são ainda mais acrescidas porque a vossa presença representa a reafirmação da confiança e apoio que vossas excelências sempre deram a JustaPaz ao longo de mais de 16 anos da sua existência. A vossa presença encoraja a JustaPaz, através do seu programa "Instituto de Edificação de Paz para os PALOPS - IEPA", a continuar a promover debates e reflexões em torno de temas de extrema importância para Moçambique e todo o falante de Português em Africa e no mundo.

Os desafios que o mundo enfrenta hoje requerem um engaijamento e criatividade na forma de sua abordagem e na qualidade e quantidade de actores que nele actuam. Não existem muitas opções e o engajamanto dos actores é colocado de uma forma bi-polar: os que se incluem e os que se excluem. Do ponto de vista conceptual, o individuo ou grupo de individuos se tornam agentes activos e inclusos de um determinado processo se, de uma forma concertada e objectiva participarem do desafio da produção do conhecimento e moldagem das metodologias e

práticas necessárias para o alcance dos objectivos pretendidos. O contrário representa a auto-exclusão. Não falamos aqui de oportunidades negadas ou espaços não concedidos mas sim de oportunidades não aproveitadas e espaços não criados. As mulheres sendo um grupo específico dentro das nossas sociedades são desafiadas a olhar para as oportunidades que não aproveitaram, ou que lhes foram negadas no passado ou ainda devem aproveitar os espaços de acção que devem criar porque não serão dados.

O desafio que temos como sociedades é o de alargamento da base crítica de reflexão através da inclusão de todos os seguimentos da sociedade e o desenvolvimento de metodologias de interacção que reflictam os valores e práticas que queremos ver nas nossas sociedades. Devemos construir países democráticos e de paz através de meios democráticos e pacíficos. Devemos edificar sociedades inclusivas e promotoras de direitos humanos através de meios e metodologias inclusivas e que respeitem os direitos humanos. A mulher deve encontrar seu espaço nesses processos e explorar todas as oportunidades ao seu dispor.

A nossa presença nesta conferência representa uma oportunidade de revermos o nosso conceito de inclusidade, de género e especificamente as nossas práticas nas relações entre homens e mulheres no processo de construção das nossas nações e dos nossos estados. As experiências colhidas de várias partes do mundo e mesmo no espaço falante de Português demostra que a mulher vai assumindo um papel cada vez mais activo e preponderante na promoção de valores de paz, inclusividade e democracia na edificação dos estados. Essa preponderância é resultado de um esforço próprio ou é uma oportunidade concedida? Será que a mulher está

ciente das suas potencialidades? Será que as potencialidades naturais são traduzidas em recursos úteis para o processo de construção de estados democráticos e pacificaveis. Terá a mulher, enquanto mulher um papel que lhe seja caracterísco e peculiar na construção das democracias e na promoção do desenvolvimento dentro dos PALOPs? Que experiências, que exemplos existem afim de serem analisados e compartilhados? Essas são algumas das questões com as quais a JustaPaz acredita serem de extrema importância para vossas excelências.

A presente Conferência intitulada ***"O Papel da Mulher na Promoção da Democracia e boa Governação nos Palops"*** da V edição do IEPA, reúne aqui representantes de Moçambique, Angola e Guiné Bissau. Os participantes provem de Organizações da Sociedade Civil (OSC), Governo, Partidos Políticos, Académicos e Religiosos.

Minhas senhoras, Meus senhores
O desafio está lançado, o mundo está mais do que nunca carente de criatividade e engenho que só a mulher pode dar, e agora o que fazemos? A única coisa que a JustaPaz tem certeza é que a edificação de sociedades democraticas e pacificaveis é possível. A JustaPaz continuará a promover o desenvolvimento do saber e a incentivar a criação de espaços e opotunidades para que mulheres e homens dedicados e empenhados continuem trabalhando lado a lado na construção das nossas democracias, na promoção da dignidade humana e na promoção dos direitos humanos.

Que esta seja mais uma conferência de sucesso.

Muito obrigado.

CONFERÊNCIA DE EDIFICAÇÃO DA PAZ
NOS PALOPS - 2010

A Conferência de Edificação da Paz para os PALOPs sendo a primeira actividade do IEPA, decorreu nos dias 08 e 09 de Julho de 2010 na capital moçambicana Maputo. O evento com o tema: "O papel da Mulher na Promoção da Democracia e Boa-Governação nos Palops" reuniu 104 participantes provenientes de Guiné-Bissau e das províncias e cidades moçambicanas de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Zambézia representando a sociedade civil, académicos e religiosos. O mesmo teve os seguintes objectivos:

- Elevar a consciência dos participantes sobre o contributo que a mulher pode ter na promoção da democracia e boa-governação nos PALOPs,

- Identificar os mecanismos, o papel e os desafios que a mulher enfrenta na promoção da democracia e boa-governação,

- e Trocar experiência no âmbito da preparação da mulher na promoção da democracia e boa governação nos PALOPs.

Após a abertura da conferência feita pelo Presidente do Conselho de Administração, o Director Executivo da JustaPaz interveio dizendo que a 5ª edição da conferência era o continuar de uma série de conferências que a instituição vem realizando para promover debates e reflexões em torno de todas as estratégias que os cidadãos africanos falantes de português possam adoptar para o desenvolvimento dos seus Países, e que esta faz parte do seu cometimento para com o progresso da construção da Paz.

Assim, a conferência de edificação da paz nos palops -2010 reuniu Guiné-Bissau representada pela ilustre Drª. Filomena Mascarenhas Tipote ex-ministra dos Negócios Estrangeiros e actual investigadora afecta a organização não governamental local denominada VOZ DI PAZ e diversos delegados provenientes das províncias e cidades moçambicanas de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Zambézia.

Drª. Otília Aquino

A Conferência cujo tema "O papel da Mulher na Promoção da Democracia e Boa-Governação nos Palops" escolhido pelo facto de a nível dos palops notar-se um fraco reconhecimento do papel da mulher e o contributo que ela pode trazer na promoção e desenvolvimento destes processos. Debateu e reflectiu sobre abordagens construtivas e edificadoras da paz para os falantes africanos do português.

O primeiro tema intitulado **"A mulher e a Participação política em Moçambique"** foi apresentado pela Drª Otília Aquino. Na sua locução mencionou que a questão do envolvimento da mulher no processo democrático em Moçambique vem desde a altura da independência. Isto revela-se pelo facto de os instrumentos legais existentes estarem sempre reflectindo a necessidade de inclusão da mulher em todas as esferas da vida.

Por exemplo, a lei-mãe (Constituição de Moçambique) de 1975, 1990 e 2004 sempre dá espaço para a participação da mulher nos processos não só governativos como também a necessidade de igualdade do homem e da mulher em outras vertentes. Actualmente as mulheres ocupam cargos na Assembleia da República e diversos cargos nas instituições públicas e privadas. Contudo, segundo a oradora os esforços legais tendentes a igualdade de género em Moçambique não se alteraram muito ao longo do tempo, pois ainda hoje temos estruturas socialmente construídas que continuam renegando o papel secundário à mulher.

Acrescentado o facto, o moderador do mesmo tema Drº Custódio Duma sublinhou que os avanços dos espaços legais inclusivos no processo governativo em Moçambique têm sido positivos. Referiu-se aos mais de 90 num total de 250 deputados com assentos na Assembleia da República ocupados pelas mulheres, às diversas leis e políticas de género adoptadas pelo País e que paulatinamente têm sido visíveis na vida prática dos moçambicanos.

INTERVENÇÕES:

CONTRIBUTOS E DESAFIOS

A seguir a apresentação, foi o momento de perguntas, respostas e contributos pelos presentes:

Regina Maguni
(Ministério da Mulher e Acção Social)

A participante **Regina Maguni** (Ministério da Mulher e Acção Social) questionou sobre até que ponto as leis podem penetrar nas esferas privadas de modo a que a mulher seja visível? Neste aspecto, a oradora respondeu que os espaços legalmente consagrados, a nível doméstico muitas das vezes não surtem efeitos desejados.

Por isso, é necessário um maior esforço social na percepção dos direitos igualitários.

Telmina Pereira
Deputada da Assembleia da República

Por seu turno, a participante **Telmina Pereira** simultaneamente deputada e chefe da Comissão dos Assuntos Sociais, de Género e Ambientais na Assembleia da República de Moçambique disse que os constrangimentos enfrentados pela mulher no processo de democracia e boa-governação não se cingem na sua falta de formação. Embora esta componente seja muito importante para a sua actuação mais informada na tomada de decisões nas esfera política e doméstica.

Segundo a Pereira há que apostar na actuação em todas as vertentes a partir do meio rural porque se calhar a mulher neste local, nem sabe que os espaços estão abertos. Tem que haver uma grande consciencialização da sociedade sobre a prioridade inclusiva no processo de vivencia social inclusiva. A democracia deve partir da esfera privada para posteriormente se transportar às instituições formais.

DESAFIOS

Ainda na sessão de perguntas e respostas, os participantes frisaram o seguinte:

A participação da mulher na democracia deve estar aliada a inclusão, isto é, a mulher tem que ter ideias próprias, não tem que chegar aos cargos governativos via filiação partidária, deve alcança-los por mérito.

As mulheres na base fazem mais que as mulheres enquadradas no topo. As primeiras estão muito mais inseridas no desenvolvimento económico do País em relação as outras. Contudo, são as que têm menos atenção. Diante da constatação os presentes apelaram a intensificação do trabalho de Fórum Mulher em

Zonas rurais, para educar civicamente as mulheres e a sociedade no geral.

A religião deve abandonar a teologia moral fraca de que "Deus fez o homem e ao ver que este estava só, fez a mulher…", segundo os participantes assumida socialmente, a expressão remete a mulher a espaços sociais cada vez mais subalternos.

A necessidade de trabalho paralelo entre os homens e mulheres para que no geral a sociedade saiba e respeite os direitos humanos iguais. **Veja a apresentação completa no anexo 1**

Drª. Rosita Alberto Valoi

O tema **"Espaços criados para a interação da mulher na promoção da democracia e boa-governação nos PALOPs"** proferido pela Drª Rosita Alberto Valoi [1] secundou as palavras da anterior apresentação. Valoi referiu que desde os tempos remotos em Moçambique sempre existiram espaços reservados a mulher. Porém, eles respeitaram incessantemente os contextos sociais e históricos neles inseridos.

Por isso, para ela os três espaços abaixo indicados nos tempos que lá vão determinavam o seguinte:

a) Espaço reprodutivo (cuidados básicos dos filhos são de responsabilidade da mulher);

b) Espaço na gestão da comunidade (quando

[1] A Drª Rosita Alberto é mestre em Desenvolvimento Agrário no ramo de gestão de recursos natuarais pela Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique. É licenciada em Ensino de Geografia pela Universidade Pedagógica pela Universidade Pedagógica também em Moçambique.

há mortes, assuntos sociais etc, os trabalhos de caridade inerentes eram sempre reservados à mulher);

c) Espaço produtivo (a produção de alimentos para o sustento da família cabia a mulher);

Contudo, durante a luta armada de libertação de Moçambique os espaços começam a alterar-se. Na luta houve trabalho das mulheres, o que de certa forma reconheceu-se a sua importância no desenvolvimento do processo de combate ao jugo colonial português. Finda a luta, as independências trouxeram uma nova abordagem e abriram mais espaços para a discussão de igualdade de género em diferentes etapas do desenvolvimento social. É o exemplo a democracia multipartidária que constitui um acto didáctico no processo de igualdade de homem e mulher no espaço político. Por isso, a partir destes fenómenos os espaços até então reservados à mulher ampliam-se de forma paulatina para outras esferas. A mulher passa a exercer a política, participa e exerce cargos governativos, passa a ter controlo dos recursos, embora com restrições.

Para a Drª Rosita, o facto da Constituição da República referir equidade de género constitui um grande passo na história nacional de igualdade de género perante a lei. Segundo ela este instrumento apoia-se a nível regional pelos pronunciamentos da SADC e internacionalmente pelo CEDOW que é o documento contra todas as formas de discriminação da mulher, além de vária legislação nacional com base de sustentabilidade internacional.

Os espaços legais acima identificados não têm sortido efeitos desejados porque a mulher continua enfrentando dificuldades de participação em todas as esferas de desenvolvimento, principalmente no acesso, controlo e distribuição dos recursos.

Na região sul de Moçambique, o sistema patriarcal socialmente montado é característico disso, pois segundo o sistema a politica é tarefa masculina. A nível das Assembleias Provinciais por exemplo, há muita mulher que lá está porque fez muito trabalho de militância partidária, o que em nada contribui para a actuação pelos seus interesses. O sistema patriarcal nos PALOPs afecta grandemente a própria mulher, que ela própria chega a ser mais machista que o homem.

Por isso, a oradora reiterou a necessidade de educar a sociedade como um todo para que perceba a necessidade de igualdade de género em diversos aspectos de desenvolvimento democrático e de boa-governação.

INTERVENÇÕES:

CONSTRANGIMENTOS E DESAFIOS

Debate em Plenárea

Finda a apresentação, o participante Doutor Jamisse Taimo questionou sobre que aspectos a sociedade palop deve adoptar para suplantar o reducionismo do papel da mulher. Enquanto que a senhora Manuela Mondlane do Fórum Mulher referiu que em Moçambique temos bom ambiente político, leis e convenções contudo, a mulher falta-lhe o uso efectivo dos espaços a seu favor. Para ela maior parte das mulheres integradas nos órgãos de decisão, não levam consigo agenda feminina de governação democrática porque muitas delas carecem de capacidade de tomada de decisão.

Por sua vez a participante Emília Sarmento secundou a opinião acrescentando que maior parte das mulheres no topo (integradas nos órgãos de governação) fazem pouco porque o espaço lhes foi cedido e não conquistado como seria de se esperar.

CONSTRANGIMENTOS

1. Baixo nível de escolaridade das mulheres na sociedade palop o que reduz a sua actuação nos processos democráticos e de desenvolvimento;

2. Desvalorização do trabalho feito pelas mulheres, sobretudo as viventes na base ou na zona rural. Elas trabalham e não são vistas como produtoras da riqueza em Moçambique.

3. No sector privado a mulher tem sofrido injustiças relacionadas com a procriação. Nesta fase, é frequente o patronado infringer a lei.

4. Atitudes menos encorajadoras incluindo as da própria mulher (devido a educação Patriarcal) que tendem a inibir o envolvimento desta nos processos democráticos;

5. Há falta de solidariedade entre as mulheres. O facto está relacionado com a actuação do sistema patricarcal.

6. A esfera doméstica é a mais difícil de discutir as relações de género. Ela regula o comportamento de uma criança que posteriormente se reflecte no seu modo de encarar o papel da mulher na sociedade;

DESAFIOS

Para a erradicação do reducionismo do papel da mulher deve-se recorrer ao seguinte:

a) Introduzir a alfabetização jurídica para a promoção de comportamentos positivos;

b) A educação constitui grande arma para vencer as barreiras sociais tendentes a subalternização e reducionismo do papel da mulher;

c) Sensibilizar e envolver homens e mulheres em matérias de igualdade de género na interacção social;

d) A mulher não formada e não educada pode contribuir para o retrocesso nos programas de desenvolvimento. Por Isso,deve-se optar pelo melhoramento nestes aspectos;

e) Ampliar as leis e operacionalizá-las através de disseminação, sensibilização e actuação dos medias com o intuito de emancipar o homem e a mulher; **Veja o anexo 2**

PAINEIS DE DEBATE

O período da tarde do primeiro dia foi dedicado a composição de painéis de debate que reflectiram sobre os seguintes aspectos: Que acções a desenvolver de modo a que a participação da mulher na promoção da democracia e boa governação seja efectiva?

Segundo os presentes as acções abaixo constituem ponto-chave no desenvolvimento da mulher:

a) Reforçar a solidariedade e a comunicação entre as que ocupam posições de destaque e as da base;

b) Deve-se divulgar as leis, principalmente as que defendem os direitos da mulher através de palestras, debates de sensibilização;

c) Potenciar as associações que trabalham na promoção dos direitos da mulher nas zona rurais, de modo a que possam melhor auxiliá-las na resolução dos conflitos;

d) Os parlamentares devem evitar filtrar os problemas identificados na base para que se procure soluções reais;

e) Despartidarização dos deputados no momento de interação com a comunidade para que melhor se conheça as suas dificuldades;

f) Formar homens e mulheres em matérias de género, sobretudo os líderes comunitários para que se facilite a ligação com a comunidade;

g) Envolver um maior número de homens nas acções de promoção da mulher na governação.

Painel de debate

QUE CONTRIBUTOS/GANHOS A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA E BOA-GOVERNAÇÃO PODE TRAZER A SOCIEDADE?

a) A sociedade deve mudar de comportamento em relação a sua visão para com a mulher;

b) A mulher pode melhorar a planificação das suas actividades e desenvolver ideias de auto-emprego;

c) Aumento de liberdade de expressão na relação homem e mulher para se reduzir os conflitos;

d) Quanto mais a mulher participar na democracia, mais educação para os seus filhos e sociedade trará;

e) Redução da vulnerabilidade da mulher e da frequência de seu uso nos tumultos.

SEGUNDO DIA

EXPERIÊNCIA DOS PALOPS: A mulher na promoção de Democracia e Boa-Governação

No segundo dia da conferência foram feitas as apresentações das experiências do papel da mulher na promoção da democracia e boa governação em Moçambique e em Guiné-Bissau.

EXPERIÊNCIA MOÇAMBIQUE

A Directora Executiva do Fórum Mulher Drª Maria da Graça Namburrete Samo apresentou o tema enaltecendo os grandes esforços que Moçambique avança na área da promoção da mulher, apesar dela ser ainda conotada com a função maternal, educadora e cuidadora de lar. Estes papeis se repercurtem com o tempo.

Apresentação de Experiencia de Moçambique

Participantes da Conferência

Na era colonial por exemplo, a estratégia de dominação com a qual caracterizava o período, protegia as estruturas tradicionais que mantinham os papeis sociais e familiares das mulheres. Por esta altura à mulher cabia-lhe o papel secundário na sociedade.

Já nos primeiros quinze anos do pós-independência foi conferida a liberdade ao homem e a mulher. Contudo o sistema económico socialista, centralizador e de monopartidarismo vigente ditou imposição de políticas e medidas de controlo de exercício dos direitos das mulheres. O sistema e a sociedade chegaram a combater o uso de calças justas pelas mulheres, a mulher continuava aquela que produz e alimenta os combatentes. As conotações eram adversas aos espaços formais de desenvolvimento da mulher que ora se propalavam.

Na década noventa, com a nova Constituição versando o multipartidarismo criam-se novas abordagens sobre a emancipação feminina reflectindo-se entre outros papeis, na ocupação de cargos de tomada de decisão a nível do Parlamento, das instituições do Estado entre outros. Por outro lado, houve abertura de Associações o que permitiu a criação do Fórum Mulher que é uma rede responsável pela coordenação para desenvolvimento da mulher. **Veja o documento completo anexo 3**

EXPERIÊNCIA DE GUINÉ-BISSAU

A apresentação sobre experiência do papel da mulher na promoção da democracia e boa governação em Guiné- Bissau foi feita pela Drª Filomena Mascarenhas Tipote. Tipote iniciou a sua curtíssima dissertação explicando que os PALOPs têm um passado comum que é o domínio colonial português. Porém alcançadas as independências, cada um tomou o seu próprio caminho. A Guiné-Bissau mergulhou-se num caos total de conflitos que ainda hoje se investigam as suas reais causas, aliás, ela própria enquadra a equipa de investigação para o efeito.

Drª. Filomena M. Mascarenhas Tipote

Para ela o acontecimento de 02 de Março de 2009, no qual João Bernardo Vieira, presidente da Guiné-Bissau foi assassinado por soldados leais ao chefe do Estado-Maior do Exército mostra que as tensões não só são internas, mas também há interesses externos em ver o País destruído. **Ver anexo 4**

Em seguida a oradora convidou os participantes a verem o vídeo que exibia as diversas facetas da vida política, económica e social da Guiné-Bissau, para melhor perceberem uma parte dos conflitos lá vividos.

CONCLUSÕES

Finda a 5ª conferência de edificação da paz nos PALOPs reteve-se as seguintes constatações:

1. Estrategicamente deve-se abordar a questão da mulher a partir da base (a nível local e da família) levando programas de emponderamento, educação, sensibilização da mulher e do homem para que possamos criar melhor espaço de acção em assuntos de governação, desenvolvimento e promoção da democracia em nossos países;

2. Para a efectivação destes processos, o homem e a mulher têm que ser companheiros;

3. Há grande necessidade da contextualização das acções sociais inerentes à mulher. Não se deve importar tudo que nos chega de fora e aplicar sem contextualizar;

4. Deve-se ter uma abordagem holística. Não podemos assegurar a participação da mulher sem antes prover o básico como alimentação, educação e valores culturais compatíveis;

5. Construir uma sociedade de igualdade sem recorrer a violência;

6. Tem que haver solidariedade e troca de informação, partilha de experiência entre as mulheres dos PALOPs.

CURSOS DO INSTITUTO DE EDIFICAÇÃO DA PAZ - 2010

Diferente das quatro últimas edições, a vertente curso do Instituto de Edificação da Paz 2010 trouxe uma ligeira particularidade na sua abordagem temática. Trata-se da inclusão da componente direitos humanos e liderança. O posicionamento alia-se ao facto da JustaPaz na sua procura pela paz mais consolidada, entender que ao se respeitar os direitos essenciais do homem coadjuvados pela capacidade de liderança, a sociedade PALOP pode melhor desenvolver e integrar a mulher no processo de desenvolvimento e de democracia. Assim o IEPA 2010 contou com os seguintes cursos:

- Liderança e Transformação de Conflitos;
- Governação, Direitos Humanos e Conflitos;
- Desenvolvimento Institucional e Conflitualidade;
- Género, HIV e SIDA e Conflito.

Participantes do IEPA 2010

Os cursos acima ilustrados foram marcados por uma grande procura, de tal ordem que se fizeram presente cerca de 58 cursandos provenientes de organizações e instituições públicas moçambicanas, guinensses e angolanas.

Os mesmos decorreram no Instituto de Investigação Agrária na cidade de Maputo entre os dias 12 a 23 de Julho de 2010 tendo obedecido o calendário abaixo: O primeiro módulo (*Liderança e Transformação de Conflitos e Governação & Direitos Humanos*) tive lugar nos dias 12 a 16 de Julho. Enquanto que o segundo (*Desenvolvimento Institucional e Conflitualidade & Género, HIV/SIDA e Conflitos* foi ministrado na semana de 19 a 23 do mesmo mês.

Liderança e Transformação de Conflitos.

O curso tinha como objectivos munir os participantes de habilidades de liderança, dotá-los de conhecimentos sobre as diferenças entre poder e liderança e ainda sobre as etapas de um processo de resolução de conflitos e técnicas de análise e mediação de conflitos resultantes da acção de liderança.

Deste curso participaram 26 formandos provenientes de Guiné-Bissau e de Moçambique representadas pelas organizações VOZ DI PAZ, OREC, CCM, UNIÃO DE CAMPONESES - MOAMBA, COREM - Zambézia, AMPDC - Beira, CMCI, IECV, CONSELHO ISLÂMICO, FDA, OPDH, AMUDEIA, HORIZONTE AZUL, AMODEG e CONSELHO MUNICIPAL DE INHAMBANE.

Governação, Direitos Humanos e Conflitos.

O curso procurou reflectir sobre a relação governação, direitos humanos, conflitos e edificação da paz. Com o curso a JustaPaz pretendia elevar a consciência dos participantes para que contribuam na defesa dos direitos humanos enquanto factor de promoção de cidadania e desenvolvimento nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Neste curso participaram 19 formandos

provenientes de AMODE - Gaza, ACTIONAID, CJE, ACCORD, CCM, CONSELHO ISLÂMICO, KUGARISSICA, NPFFC - Manica, INIA, GOVERNO DE INHAMBANE, CONSELHO MUNICIPAL - Matola, AADG, COREM - Zambézia e FORUM MULHER.

O curso frequentado por 26 formandos fez uma abordagem holística sobre a participação do cidadão nos processos de tomada de decisão e consequente realização das metas de desenvolvimento e edificação da paz nos PALOPs. Tópicos como governação, direitos humanos, género e conflitos culturais no processo de desenvolvimento foram criticamente analisados e desenvolvidos.

Desenvolvimento Institucional e Conflitualidade

Este pretendia dotar os formandos de habilidades para melhor introduzirem mudanças que conduzam a efectividade organizacional, acautelando as organizações dos factores que possam conduzir a conflitos.

No curso foram abordadas questões referente a planificação para a mudança, a coordenação, as dinâmicas de relacionamento interpessoal entre os funcionários, bem como o impacto dos sistemas internos de gestão para o surgimento e desenvolvimento de conflitos intra-organizacional.

Género, HIV/SIDA e Conflito

O curso analisou a relação do HIV e SIDA com o conflito. Além de munir aos participantes de conceitos e ferramentas teóricas no que concerne a relação da doença com o conflito, o curso pretendia mostrar a necessidade de debate sobre os conflitos que surgem nas comunidades relacionados com o HIV e SIDA, causas associadas a valores culturais e formas de prevenção dos mesmos.

Este foi ministrado pelas Dr[a]s Rosita Alberto e Elisa Muianga.

Deste curso participaram 24 formandos provenientes da OREC, COREM - Zambézia, PNDH, MINISTERIO DA MULHER, NPIFC- Manica, CJE, ACOORD, IGREJA ADVENTISTA, OPDH, CONSELHO MUNICIPAL - Matola, AMUDEIA, CCM E MUGEDE.

Avaliação e Comentários dos participantes

Carlos Victorino Abudala

A minha participação no IEPA 2010 foi muito gratificante, valeu a pena porque deram-me um contributo profissionalmente positivo para a minha área de trabalho. Eu farei a divulgação do IEPA através das actividades projectadas pela COREM- Zambézia.

Filomena Mascarenhas Tipote

A avaliação do curso em relação a pertinência, penso que as matérias abordadas foram ao encontro das minhas expectativas olhando a natureza do meu trabalho e meu grupo alvo. Por outro lado, valeu a pena ter participado porque a gestão de conflitos é também pessoal para o melhoramento do trabalho, vida e dia a dia social.

Francisco Motora Vilanculos

A minha participação nos cursos do IEOA-2010 valeu a pena porque revesti-me de conhecimentos adequados em relação ao género hiv e sida e conflitos. Abriu-me horizonte sobre assuntos relacionados com o conflito. Por isso farei a divulgação do IEPA através de debates nas igrejas e fora delas.

A MULHER E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE

Drª. Otília Aquino

Moçambique, conquistou a sua Independência a 25 de Junho de 1975. Desde essa altura a então chamada República Popular de Moçambique foi realizando diversos processos de reforma no sistema político implantado e isso pode-se verificar pelas revisões feitas á Constituição do país.

Moçambique saiu de um estado de democracia popular para um estado de direito, passando por diversas fases. Após a independência o país, orientou-se por uma linha socialista que se definia como uma democracia popular e que tinha na sua Constituição artigos com conteúdos similares a:

A República Popular de Moçambique é um Estado de democracia popular em que todas as camadas patrióticas se devem engajar para a construção de uma nova sociedade, livre da exploração do homem pelo homem.

É ainda a Constituição e as suas reformas, que nos dão a observar as alterações efectuadas e no caminho tomado para a instalação de uma governação democrática.

Diferentemente da Constituição inicial e que sitamos anteriormente, a de 1990 já define o país como um Estado de Direito Democrático, passando assim a um novo conceito de democracia representativa. Nesta Constituição já se introduz a separação de poderes, a liberdade de expressão, o pluralismo político e o respeito pelos direitos humanos e fundamentais.

Em 2004 a Constituição é mais uma vez alterada e na mesma reafirmam-se e aprofundam-se os princípios do Estado de Direito Democrático com base no pluralismo, no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais, na organização partidária e na livre expressão.

A implantação da democracia em Moçambique tem tido diversas etapas, muitas delas longas e dificeis, mas embora persistam vozes cépticas sobre a capacidade dos africanos em instituírem e levarem adiante os processos democráticos, estamos certos de que em Moçambique já não há lugar para a regressão. Do estágio actual só se poderá ir para a frente, para a melhoria dos sistemas e para a

implantação a cada passo de melhores formas de governação democrática.

A MULHER COMO PARTE INTEGRANTE NO DESENVOLVIMENTO DE MOÇAMBIQUE

No tocante ao tema que nos reúne nesta Conferência temos que referir a alguns aspectos da Participação da Mulher nos diversos sectores de forma a que se possa reflectir sobre a participação da mesma na Governação.

Após a independência nacional, Moçambique baseou a sua acção no tocante ao desenvolvimento e empoderamento da mulher, na *emancipação* da mesma por um caminho que se regia por abrir as portas à alfabetização e à promoção de acesso ao emprego igual entre homens e mulheres. Esta forma de ver o desenvolvimento da mulher integrava implicitamente e sobretudo a posição da mulher como mãe, educadora, esposa e dona de casa. Companheira do homem, mas muito descriminada nas relações sociais de género.

Embora os documentos de Estado desenvolvessem a visão de política de igualdade, inclusão e a participação da mulher nos espaços públicos com igualdade de direitos, essa visão não estava regulamentada para que fosse implementada de forma célere e que abrisse caminho para uma mudança real da situação da mulher. Esta visão de igualdade tornava-se assim, ambígua pois não fazia parte integrante dos planos de trabalho dos mais variados sectores.

As mudanças começam a ser visíveis quando como objectivo recomendado pelos organismos internacionais e regionais, a questão de quotas para acesso de mais mulheres a postos de governação, é introduzida nos planos do Governo. Moçambique inicia então um processo de inclusão de mulheres em diversos cargos de direcção e neste momento tem um resultado bem superior a de outros paises da região ou do continente.

A FAMÍLIA MOÇAMBICANA É GERALMENTE ESTRUTURADA HIERARQUICAMENTENA DESIGUALDADE ENTRE O HOMEM E A MULHER

O PAPEL DA MULHER A NÍVEL FAMILIAR

O papel da mulher visto pelo modelo cultural transmite a ideia de que o seu espaço é sobretudo no âmbito doméstico.

Esta visão mesmo actualmente é responsável pela atitude muitas vezes passiva e de permissividade que a mulher assume quando na presença de homens. Ela, mulher, ainda hoje, perpetua a posição de pessoa subalterna e não desenvolve acções motoras da mudança que possam levar ao desenvolvimento de outra realidade do seu papel.

Mas a actuação e a forma como ainda um grande grupo de mulheres pensa è baseada numa serie de dados importantes de reter.

- Se a tradição como referimos anteriormente visualisa a mulher como um apendice do homem, cuja principal actividade è a de cuidar a familia e manter

o lar, isso foi transmitido de tal forma às mais diversas camadas sociais, que são as mães e educadoras que ainda agora reproduzem essa escala de valores. Muitos dos actos de dia a dia que promovem a diferença e a subjugação de um sexo a outro è resultado de uma reprodução de exemplos errados que são transmitidos muitas vezes pela actuação de mulheres no seu papel de mães.

- Os níveis da inserção da rapariga no ensino que têm melhorado nos últimos anos, não são no entanto melhores a todos os niveis da educação. A nível do ensino primario os numeros de acesso de raparigas à escola são muito melhores que no passado. Falta no entanto ainda conseguir que a rapariga permaneça na escola por mais do que os primeiros anos de ensino.

- Mas as disparidades de género não estão a reduzir ao mesmo nivel no ensino tecnico e no ensino superior, aí as diferenças são maiores. Isto porque o poder ter acesso à educação depende muito do sexo do jovem, da sua residencia (urbana ou rural) e se vem de uma família com mais ou menos posses.

- Há ainda a referir que certas tradições obrigam a que a rapariga se case ainda com tenra idade e por isso deixe a escola muito prematuramente.

- A protecção à rapariga para que não sofra de violencia sexual é ainda muito limitada o que favorece os níveis de desistencia escolar das raparigas por abuso sexual ou gravidezes prematuras.

- Não há um plano que integre todos os condicionalismos que actualmente prejudicam a permanência da rapariga na escola e que enfoque em acções para que a mesma, a nível nacional, prossiga com os seus estudos. Este plano deveria incluir as particularidades e especificidades das diversas realidades existentes no país.

Se tivermos em mente estes aspectos vemos que a inserção da mulher como cidadã pensante e actuante, de cidadã apta a conquistar todos os seus direitos e a exigir as mesmas oportunidades, quando é levada a cabo ela acontece ainda com entraves de origem diversa, sendo que as de origem tradicional e de falta de formação são dos mais criticos para o desenvolvimento real da rapariga e da mulher.

NO GERAL O CIDADÃO SÓ ESTÁ PREPARADO PARA A INTERVENÇÃO - PARTICIPAÇÃO PARAA EXIGÊNCIA NA MELHORIA DOS SISTEMAS QUE LEVAM Á DEMOCRATIZAÇÃO QUANDO SE É CIDADÃO COM CONHECIMENTO E CIDADÃO COM PERSPECTIVAS DE FUTURO

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA VIDA POLITICA

Moçambique, no espírito da Constituição da República de 1990, iniciou um longo processo de reformas, no sentido da consolidação das conquistas do processo de democratização e uma

maior operacionalização dos pilares da chamada boa governação. A participação dos cidadãos está realçada em documentos oficiais tais como o PARPA II, a Agenda 20-25, a Estratégia Global para a Reforma do Sector Público e o Plano Estratégico para a Administração Estatal 2006-2010. Nestes documentos tem-se vindo a destacar que para conseguir uma boa coordenação, o Governo tem o objectivo de promover uma cultura de participação dos cidadãos, das instituições da sociedade civil organizada, dos media e dos jovens, entre outros intervenientes possíveis.

A democracia é uma das formas de governo que mais participação exige. Na democracia o cidadão deve estar capacitado e educado para aceitar as diversas formas de pensar e agir. Tem que se ter cidadãos com capacidade e educação para serem capazes de fazer análises e de agir com imparcialidade. É também importante e urgente que a educação se tenha como factor primordial no processo de desenvolvimento. O reforço na educação é decisivo para se fazer frente à exclusão social sobretudo da mulher e à sua fraca participação cívica.

ESTUDOS E ANALISES DIZEM QUE;

- A democracia moçambicana é ainda caracterizada por uma grande indiferença do eleitorado;
- Que os serviços públicos são providenciados com recurso à corrupção
- Que o desenvolvimento económico não se realiza pelos grandes desequilíbrios;
- Que a concentração do poder político e económico se limita à elite política ligada ao partido no poder;

E que por tudo isto, se está perante uma situação que facilmente se pode transformar em menos serena levando mesmo a conflitos sociais.

Com base nestes pontos que retractam a realidade do estágio actual a nível geral da governação, então, quando olhamos para o tema do acesso das mulheres a lugares de governação efectiva, com capacidade para impor agendas de interesse nacional, podemos perceber das dificuldades que estas mulheres podem encontrar.

Há a acrescentar que para além desta realidade, e visto que as mulheres que ascenderam a postos de governação em Moçambique vieram das fileiras dos partidos políticos temos ainda que reflectir sobre a realidade da participação destas no seio dos partidos.

Assim, e apesar de serem um apoio numérico que tem que ser tomado em atenção , em todos os processos eleitorais, as mulheres vêm quando se trata de acessar aos órgãos dirigentes dos partidos políticos a sua nomeação em números bastante reduzidos. Nenhum partido político em Moçambique é liderado por uma mulher.

Há no entanto as organizações femininas dos maiores partidos. Mas mesmo aí sã marginalizadas, e muitas vezes são utilizadas somente em alguns momentos da governação. As mulheres destas organizações estão também ausentes a nível da vida partidária, quando se trata de fazer as políticas que orientam os partidos. Geralmente não são as

lideranças das organizações femininas políticas que são indicadas para a ocupação de cargos de direcção no governo. Isto apesar de que a nível da base e nos processos eleitorais a maioria de apoiantes e de eleitores serem mulheres. Mesmo aí elas são sobretudo usadas somente na sua capacidade de mobilizadoras e de apoiantes com uma actividade pouco visível, pouco reconhecida, embora fundamental para os partidos e para os seus lideres.

A nível das estruturas governamentais de base a exclusão da mulher é ainda mais evidente, e nos processos eleitorais elas quase nunca surgem como cabeças de lista. Elas são marginalizadas e os partidos continuam a ter uma actuação patriarcal, em que as decisões não incluem agendas especificas da mulher.

É no entanto a nível da base e nos processos eleitorais em que a maioria de apoiantes e os votantes são mulheres, mas elas são sobretudo usadas na sua capacidade de mobilizadoras e de apoiantes com uma actividade pouco visível mas fundamental para os partidos e para os seus lideres. Estes aspectos são focados em diversos relatórios de observação eleitoral e por exemplo em estudos elaborados após o processo eleitoral de 2008 e 2009 verifica-se que em nenhuma das campanhas eleitorais houve a inclusão da agenda da mulher (em tanto que tal) nos manifestos eleitorais partidários.

Embora a definição do distrito como polo de desenvolvimento seja uma via que pode facilitar que se crie oportunidades para as mulheres participarem e através dessa participação influenciarem a vida política e pública da comunidade, na prática poucas mulheres estão disponíveis para ocuparem

os cargos a nível distrital. Em geral, é maior o numero de homens do que de mulheres que a participarem nos conselhos comunitários distritais e nas autoridades locais. As mulheres tem que enfrentar diversos impedimentos limitantes da sua participação que vão desde as ocupações familiares que as impedem de deixar os filhos até ás dificuldades económicas caso não realizem as tarefas que lhe são atribuídas como produtoras de alimentos.

NA ACTUALIDADE

Falar da mulher e na sua participação, ainda , é falar de exclusão social, de pobreza, de falta de acesso ao conhecimento, de desemprego e até de feminização do HIV-SIDA entre outras consequências trágicas que são resultado da desestruturação da sociedade causada por diversos factores que incluem também a guerra civil moçambicana .

Aliada a todas estas características há o facto da maioria da população economicamente activa continuar a depender da agricultura de subsistência, verificando-se que uma esmagadora maioria é de mulheres que se dedicam à produção de alimentos para consumo familiar enquanto que para os homens se reservam as actividades essencialmente de rendimento comercial. Os indicadores baseados nos relatórios económicos mostram o quanto a população moçambicana é economicamente vulnerável. Sabendo que a pobreza é um entrave à

Democracia então os sectores mais carentes da sociedade são os que menos acesso têm a espaços de efectivação da cidadania participativa.

Temos 70% dos cidadãos moçambicanos que vivem na extrema pobreza, (sendo que este número são de cidadãos do sexo feminino) e se mantêm até hoje altos níveis de analfabetismo também maioritariamente neste sector da sociedade, então ao termos que saber se a mulher está a apoiar, se participa, se é um motor na boa governação e na democratização de Moçambique, isso só pode ser feito com base nestas realidades. Não se pode fazer a análise resumindo-a ao numero de pessoas do sexo feminino que estão com mandatos para a Assembleia, no Governo ou nas instituições da sociedade civil. É necessário saber se essas pessoas estão preparadas para tal, no sentido de que terão que fazer de dentro dos seus grupos de trabalho um esforço redobrado de afirmação das suas convicções e de imposição de agendas que promovam a mulher, que as ajudem a ser mais independentes e capazes de decidir.

Isto porque estamos numa sociedade de chefia absoluta. Onde quem manda é o chefe. E a nível partidário, este chefe que por vezes pode ser uma mulher tem que obedecer a um chefe maior que é o do seu partido e isso acontece tanto nos cargos de nomeação como nos de eleição, ou seja no governo e nas assembleias.

Se falamos em termos de mulheres que estejam a participar de dentro do governo e das assembleias infelizmente as agendas nacionais não se têm feito sentir como as mais fortes. Isto porque a actuação destas mulheres continua a ser essencialmente restrita a dentro das linhas das políticas partidárias e regidas pelas mesmas.

Temos exemplos das dificuldades que os grupos de mulheres que mesmo bem situadas ao nível da governação do país sentem em fazer passar assuntos de interesse imediato das mulheres. É o caso do tempo que foi necessário para fazer passar a lei contra a violência doméstica. Pode-se também referir no que foi o longo caminho para a implementação do gabinete das mulheres parlamentares.

Por outro lado e tendo em conta já o desenvolvimento que aconteceu ao longo dos últimos anos, um modelo de mulher política e de mulher de negócios tem estado a imergir e devemos analisar este assunto também perguntando-nos se essas mulheres que geralmente provêem das hostes dos partidos politicos têm o controlo das suas vidas, se são "autorizadas" a decidir por si mesmas, e se elas fazem parte, de forma igual da lista dos beneficiários dos recursos económicos.

Só com mais mulheres capazes de influenciar agendas nacionais, seremos capazes de melhorar o papel da mulher na promoção da democracia e boa governação.

Fizemos referencia sobretudo á participação via postos na governação política e eleição para o parlamento, mas a participação e a governação faz-se também via outras áreas como são as organizações da sociedade civil e as acções que via a participação em actividades profissionais podem

influenciar a melhor governação e a democratização do país. Pode-se também utilizar esta área da sociedade como um laboratório de preparação de quadros para que no futuro estas mesmas pessoas se integrem nos sistemas de governação.

Em todos os locais de actividade se pode agir por uma melhor governação e pela democratização. Isso se mais mulheres se tornarem veículos de promoção da cidadania activa, e na promoção de formas correctas de governação.

Embora possa ser um papel que dimensiona o espaço da mulher somente ao lar, o papel tradicional definido para ela, quando correctamente utilizado, o espaço de educadora e responsável pelo lar poderia ser um veiculo de transmissão de novas formas de actuação e apoiar a alteração dos papeis geralmente atribuídos ao rapaz e a rapariga. Uma mãe e educadora preparada para quebrar com tabus pouco aceitáveis da educação tradicional pode servir-se do seu espaço para fazer a mudança, para criar jovens que pensem e ajam diferente, que quebrem a cadeia de dominação. Se capacitada, se envolvida na defesa dos direitos da mulher este espaço pode servir de forma crucial o objectivo de aumentar o espaço de intervenção.

A mulher como mãe tem o poder de educar a sua filha a ser mais capaz, a apostar mais em si mesma, poderá educar o seu filho a respeitar mais a mulher a saber que ambos têm os mesmos direitos. Têm a possibilidade de influenciar numa nova cultura de inclusão e de promoção de novos valores. E de aí favorecer a luta de todos por um espaço mais visível e mais inclusivo para a mulher.

Por isso, e pelas dificuldades que constatámos, não se pode ficar á espera que as coisas mudem, que as oportunidades surjam, tem que se agir para que se verifiquem resultados.

Essa acção deve ser incluída no nosso dia a dia, como pessoas que sendo mulheres e homens ansiamos por um país mais justo, mais respeitador dos direitos das mulheres e mais capaz de aceitar que tendo direitos iguais, homens e mulheres são diferentes.

Embora existindo ainda muito por fazer, as mulheres podem encurtar o fosso existente agindo em áreas como o acesso a educação, e por essa via podem fazer com a sua formação, com a participação das suas filhas e irmãs, um bloco de pressão e de adesão a espaços de cidadania para se imporem e fazerem com que as suas vozes sejam ouvidas, elaborando elas próprias agendas que facilitem a sua inclusão noutro patamar de participação.

Apesar das fragilidades, ainda existentes, as organizações da sociedade civil (OSC) podem agilizar o processo da implementação da legislação existente e da Política de Género.

Não obstante tudo isto, Moçambique é frequentemente elogiado e tem sido utilizado como exemplo por ter aumentado continuamente o número de mulheres a dirigirem as diversas esferas do espaço público.

No âmbito da Governação participativa, o governo criou Instituições de Consulta e Participação Comunitárias , como plataformas para a participação

da sociedade civil na governação local. Moçambique tem um nível de resultado relativamente alto nas analises da Medida de Participação Ajustada aos Sexos, e isto é devido sobretudo ao aumento do número de mulheres no parlamento.

Existe também algum resultado positivo no numero de mulheres que ocupam cargos de chefia na função pública e como gestoras. Na área económica e em sectores técnicos a mulheres tem estado a ter resultados animadores.

Mas não se pode deixar de referir que estes avanços acontecem muito mais a nível urbano do que no rural. Ai como referimos anteriormente os avanços vão a um ritmo muito lento e, aí mais do que em qualquer outro lugar a inserção das mulheres deve ser realizada, com planos e actividades especificas

Referências bibliográficas

- Constituição da República
- Osório, Conceição; Mulheres, poder e democracia 2004
- Agenda Política das Mulheres
- Relatório de Observação do Processo Eleitoral da União Europeia
- Pesquisa sobre Processo Eleitoral de 2009 da WLSA
- Relatório de Observação do Observatório Eleitoral

Anexo

Alguns números que podem ajudar na analise do processo de melhoria da participação da Mulher na Governação em Moçambique

Moçambique tem perto de 20 milhões de habitantes
52% da população Moçambicana é constituída por mulheres
25% das famílias é chefiada por mulheres
80% dos alimentos básicos para consumo são produzidos por mulheres
60% dos infectados pelo HIV - SIDA são mulheres
70% dos cidadãos que vivem na pobreza absoluta são mulheres
81,33% das mulheres que vivem nas zonas rurais são analfabetas

ESPAÇOS CRIADOS PARA A PARTICIPAÇÃO E INTERACÇÃO DA MULHER NA PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA E BOA-GOVERNAÇÃO NO PALOP'S

Drª. Rosita Alberto Valoi

INTRODUÇÃO

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, cujo acrónimo é PALOP, formam um grupo constituído por cinco países africanos, ex-colónias portuguesas formado em 1996, nomeadamente Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, CaboVerde e S.Tomé e Príncipe. A Guiné Equatorial, uma das ex-colónias francesas em África, por ter adoptado o português como língua oficial, candidatou-se para pertencer a este grupo em 2007, estando apenas a aguardar decisão final sobre a sua candidatura.

Os PALOP's conquistaram as suas independências entre 1974-75, na sequência do processo de descolonização de Portugal, resultante da Revolução do 25 de Abril de 1974, sobre pressão das lutas de libertação nacional desencadeadas em África nos países ainda sob o jugo colonial. Uma vez conqistada a independência e com um rumo próprio, cada país mergulhou nas órbitas de influência geopolítica de conveniência, tendo em conta as suas potencialidades económicas e estratégicas. O seu desenvolvimento económico, social e político decorreu ante uma herança colonial marcada pela exclusão social, pobreza, fome, desemprego, analfabetismo e violência que marcam ainda o panorama actual, afectando particularmente mais o género feminino.

Depois de alcançar as suas independências, numa primeira fase, estes países adoptaram sistemas de desenvolvimento económico e social, assentes no centralismo democrático, onde o Estado desempehavam um papel preponderante na planificação e execução dos seus programas, no âmbito da sua acção governativa, tendo o monopartidarismo a sua característica principal para a tomada de decisões políticas, sociais e económicas. O advento da instauração do pluralismo político e do início da democracia multipartidária em África, já no início da decáda de 90 do século XX, e a dinâmica da evolução histórica e política nacional e internacional, contribuíram para a mudança dos sistemas políticos e de desenvolvimento destes países, que passaram a

adoptar estes como modelos adequados para o desenvolvimento da suas economias.

Esta nova dinâmica, exigiu que os PALPOP's introduzissem novas reformas nas suas Constituições, por forma a acomodar os aspectos inerentes ao princípio da universalidade e igualdade no seu desenvolvimento social, económico e político, que incluam a participação e o respeito pelos direitos humanos e a justiça social para todos os cidadãos, (Constituição da República de Moçambique, Artigo 35). Esta nova abordagem do desenvolvimento dos PALOP's pressupõe que todos os membros da sociedade, isto é, homens e mulheres, se beneficiem de todos os direitos humanos e de cidadania em geral, com particular realce para a mulher, muitas vezes excluída destes processos onde todos têm, de facto, uma oportunidade para participar no processo de tomada de decisão em todas as esferas sociais.

Nesta base e em termos constitucionais, os PALOP's colocam a igualdade de género e a participação activa das mulheres em todas as esferas da vida social, económica e política, como um dos princípios fundamentais para o desenvolvimebto das suas sociedades, e como condição necessária e um compromisso indispensável para a promoção de uma democracia efectiva (poder do povo, uma forma de governo inclusivo, no qual quem manda é o povo directa ou indirectamente por meio de uma eleição; governo onde as pessoas participam na tomada de decisão, conhecem e exercem os seus direitos da cidadania e são sujeitos activos do seu destino). Por exemplo, em Moçambique, um dos PALOP's, este princípio encontra-se consagrado no Artigo 36 da sua Constituição da República que diz que "O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica social e cultural". Mas a questão que se coloca é se os preceitos legais preconizados em relação à igualdade de género são ou não implementados na vida prática destes países. A abordagem destas questões constitui o cerne do presente artigo.

2. NATUREZA DOS ESPAÇOS CONFERIDOS À MULHER, POR LEI

2.1 Espaços conferidos à Mulher no Mundo e nos PALOP's

Na actualidade tanto as legislações nacionais como as internacionais estão empenhadas em criar espaços e condições que promovam a participação da mulher no processo de governação e de tomada de decisão em todas as esferas da sociedade. Por exemplo, tal como foi referido antes, a Constituição que é a lei Mãe fundamental de cada país, e outras de carácter internacional, tais como a Declaração Universal dos Direitos humanos, a Convenção Sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), entre outras, são instrumentos legais onde estão previstos princípios e regulamentos que defendem a participação da Mulher no processo de tomada de decisão como um aspecto determinante para a consolidação da democracia. Estes e outros instrumentos formais são importantes e usados também nos PALOP's, como base para promover a integração da igualdade de género e da mulher em espaços de governação e de tomada de decisão,sendo a identificação desses espaços, o ponto de partida para esta reflexão

Tal como nos outros países do mundo, nos PALOP's, os espaços legais para integração da igualdade de género e da mulher são vários. Eles sempre existiram e foram evoluindo no tempo e no espaço, tomando formas e características diferentes de acordo com o nível de desenvolvimento social, político e económico de cada país. Nos PALOP's, a emancipação da mulher foi sempre um assunto colocado de uma ou doutra forma nas suas agendas políticas, mesmo antes do surgimento dos seus movimentos nacionalistas de luta de libertação, passando pela fase da conquista das suas independências até ao momento actual, caracterizado fundamentalmente pela democracia multipartidária. Foram os movimentos e organizações nacionais de mulheres dos PALOP's, apoiados pelos seus governos, que constituíram o embrião para a criação e a consolidação de mais espaços de discussão e de debate sobre a problemática da mulher e do género. No passado o espaço da mulher era mais reduzido às esferas reprodutiva, e comunitária, sendo os outros espaços (produtivos e políticos) estereotipados com a masculinidade, onde a presença da mulher era realmente muito fraca.

Nas sociedades actuais, as chamadas sociedades modernas, as abordagens sobre os assuntos da mulher e de género demonstram claramente com exemplos concretos que a mulher como ser humano tem os mesmos direitos e deveres como o homem na sociedade e, por isso mesmo pode ser integrada não só nas esferas reprodutiva e comunitária mas, sim em todos os outros espaços existentes. O parlamento por exemplo, é um desses espaços como demonstra o Anexo 1. Esta representa um espaço político de parlamentos de 49 Estados membros da ONU em 2009, incluindo os PALOP's. Nesta tabela está patente uma disparidade de género em termos de distribuição percentual de homens e mulheres como deputados. Em 2009, nos PALOP's, e começando por Moçambique que ocupa o sétimo lugar na ordem crescente em termos de percentagem de mulheres que fazem parte do parlamento com uma cifra de 34,8%; seguindo-se Cabo Verde que ocupa vigésimo sexto lugar, com 18,1%; Angola, no vigésimo nono lugar, com 15%; trigésimo primeiro lugar para Guiné - Bissau com 14.0%; e por último, S. Tomé e Príncipe no quadragésimo lugar com apenas 1,8% de mulheres no parlamento.Torna-se assim importante analisar esta disparidade de género, considerando que, legalmente, todos os PALOP's possuem e defendem leis que promovem a igualdade de género em todas as esferas de governação nacional e de tomada de decisão.

Tendo em conta que em 2010 a situação mudou ligeiramente para o melhor em três PALOP's, nomeadamente Moçambique, Angola e S. Tomé e Principe em termos de aumento percentual da presença das mulheres nos respectivos parlamentos e considerando que a percentagem diminuiu na Guiné-Bissau e manteve-se estável em Cabo Verde, continua ser interessante a análise da relativamente baixa participação da mulher nos parlamentos dos PALOP's, bem como a análise das possíveis causas dos diferentes cenários de evolução/retrocesso nestes parlamentos, por identificar a natureza dos espaços legalmente abertos à mulher nos PALOP's e a sua "ocupação efectiva" por esta. Seguidamente, identificar alguns contrangimentos e desafios a essa "ocupação" dos espaços pela mulher e finalmente sugerir estratégias para a maximização da ocupação

desses espaços pela mulher e tecer algumas conlusões.

Para além do parlamento, outro espaço sobre tomada de decisões é o executivo (governo/conselho de ministros). O Anexo 2, retrata a distribuição das mulheres no parlamento e no executivo dos países da SADC onde se encontram também alguns PALOP's, nomeadamente Moçambique e Angola. Nestes dois PALOP's, a percentagem de mulheres parlamentares é maior comparada à das mulheres no executivo o que sugere que haja mais dificuldades em abrir espaço em postos ministeriais, o que seria bom se a abertura fosse maior nestes sectores, pois, em princípio iria contribuir para um maior (#)empoderamento económico à mulher.

Em termos legais, mesmo sem apresentação de dados estatísticos, sabe-se pelas leituras e por outras fontes de informação, que tal como nos outros países do mundo que lutam pela igualdade do género, nos PALOP's, para além do parlamento e do executivo, existem ainda mais espaços ou oportunidades abertos para onde a mulher pode ser integrada, não só como ser humano, mas, também no âmbito da igualdade de género na governação dos seus países. Assim podem ser considerados ainda os seguintes espaços: informal (mercados comerciais), serviços públicos, mercados laborais, sistema judiciário, diferentes actividades económicas, instituições de desenvolvimento internacional, de defesa e segurança, de acção social ou de caridade, etc, isto é, em todas as esferas reprodutivas, produtivas, gestão política e comunitária. Apesar destes espaços ou oportunidades abertos por lei, um dos problemas que os PALO's enfrentam é o mecanismo de implementação da legislação existente para que a integração das mulheres nos diferentes sectores numa perspectiva de igualdade do género seja efectiva. Com esta análise sugere- se a necessidade que os governos dos PALOP's, têm de rever e encontrar as estratégias práticas para implementar pelo menos as leis já existentes nesta perspectiva.

O Anexo 3, representa a presença das mulheres no parlamento moçambicano da I à VI Legislatura. Nela está patente a progressão percentual das mulheres desde à primeira até à sexta legislatura. Esta progressão das mulheres, pode ter diferentes significados: por um lado, a aplicação do princípio de quotas por parte do governo moçambicano, contido na Declaração dos chefes de Estado da SADC em 1997, o qual preconizava que até 2005, cada Estado membro devia atingir 30% de mulheres nas estruturas políticas e de tomada de decisão; por outro a necessidade política dos governantes em integrar mais mulheres nas esferas da hierarquia do poder e de tomada da decisão, numa situação exigida pelas agendas políticas internacionais sobre a igualdade de género no mundo. Seja qual for a razão desta progressão, a presença das mulheres nos parlamentos dos PALOP's é necessária, pois, pode contribuir de certa forma para uma maior atenção a questões pertinentes à mulher. As mulheres levam sempre pontos de vista, perspectivas e competências para a política, elas dão prioridades aos assuntos considerados como assuntos de mulheres. São as mulheres no parlamento que colocam os direitos da mulher e a violência contra a mulher e as crianças na agenda política , UNIFEM (2008/2009). Assim sendo, seria importante que todos os PALOP's observassem

também este princípio de quotas, como forma de aumentar cada vez mais a presença de mulheres nos órgãos do poder e de tomada de decisão, na perspectiva de se operar transformações políticas qualitativas no futuro, que se reflictam na qualidade de vida das mulheres.

O Anexo 4, representa o posicionamento por género no governo moçambicano em 2009. Nela pode se constatar que Moçambique, um dos PALOP's , apresenta uma disparidade de género a nível dos governos central e provincial, sendo a percentagem das mulheres relativamente maior no governo central do que no das províncias. Isto significa que a nível macro há uma relativa aparência da participação da mulher nas posições de chefia mas, com resultados muito fracos na estrutura da base. Esta fraqueza, pode ser visualizada no Anexo 5, que apresenta o posicionamento por género nas Autarquias/2009, onde a disparidade de género está mais acentuada ainda do que no Anexo 5. A causa desta disparidade pode ser encontrada no facto de que é na estrutura de base onde se fazem sentir muito as questões culturais e de educação tradicional nos PALOP's , que dificultam a integração e a participação da mulher nos ógãos do poder e de tomada de decisão. Ë necessário muito trabalho de sensibilização política nos PALOP's, sobre este assunto da mulher e de igualdade de género, nas diferentes esferas do poder. Em princípio, esta tarefa é de toda a sociedade mas, particularmente cabe aos partidos políticos destes países, pois são eles que lidam directamente com as comunidades e constituem a célula base eleitoral para os diferentes cargos de chefia e de tomada de decisão nas suas sociedades. Eles precisam de colocar os assuntos da mulher e da igualdade de género nas suas agendas políticas, portanto nos seus programas e planos de trabalho para a sua governação. Os Partidos políticos dos PALOPS devem reflectirem profundamente sobre o seu trabalho na base e verificarem se não estarão a defender realidades culturais passadas e conservadoras que dificultam ou violam os direitos das mulheres.

A nível da estrutura da base dos PALOP's os governos central e local devem garantir que as mulheres conheçam e tenham consciência dos seus direitos como seres humanos e os espaços que elas possam ocupar na governação da sociedade. As mulheres devem ter (##)acesso à educação onde vão buscar conhecimentos para trabalharem com conhecimmento de causa e melhorar o seu desempenho nas suas actividades a todos os níveis. Elas devem possuir um nível académico e de formação científica e técnico profissional capazes de operarem transformações qualitattivas nas diferentes esferas sociais. A observância destes aspectos por parte dos políticos e dos governantes destes países é indispensável para que a igualdade de género seja paulatinamente integrada nos órgãos do poder e de tomada de decisão.

Ainda sobre estes assuntos, o Secretário Geral da Nações Unidas, Ban Ki-Moon na sua mensagem no relatório da UNIFEM, (2008/2009, pag. iii), responde às mulheres dizendo que: " identifica dois elementos indispensáveis na responsabilização pertinente a questões de género. Ele afirma que em primeiro lugar, as mulheres têm de ser membros legítimos de qualquer processo de supervisão deresponsabilização. Em segundo lugar, os compromissos nacionais para com a igualdade de

género e os direitos da mulher devem fazer parte integrante dos padrões contra os quais as decisões públicas são tomadas. Mas o indicador final da efectiva responsabilização pertinente ao género será a eliminação da violência contra a mulher".

Esta passagem do Secretário Geral da Nações Unidas, Ban Ki-Moon insere-se numa abordagem macro sobre (###) género e desenvolvimento. É nesta base onde os PALOP's, devem encontrar mecanismos mais realísticos que garantam e promovam a participação da mulher de forma igualitária, como por exemplo, a lei de Paridade, que prevê que as listas de candidaturas apresentadas ao parlamento ou para as autarquias sejam compostas de modo a assegurar nelas a representação mínima de uma percentagem pré - determinada de cada um dos sexos.

3. CONSTRANGIMENTOS

Tal como nos outros países, a integração da igualdade de género nas esferas governativas e de tomada de decisão dos PALOP's, é um processo social e político muito complexo, que não se resume apenas no aumento quantitativo de mulheres entre os decisores políticos, embora isto seja necessário e muito importante. Este processo vincula também uma melhor governação democrática a todos os níveis, entendida como gestão dos assuntos públicos inclusiva, receptiva e responsável, UNIFEM, (2008/2009).

Ora todos os processos sociais são lentos, pois, implicam uma transformação qualitativa das atitudes e mudanças de comportamentos dos membros de cada sociedade. Para os PALOP's, com uma base de desenvolvimento social e económica similar, caracterizada ainda por diferentes níveis de exclusão social, pobreza, fome, desemprego, analfabetismo, violência, entre outros, significa serem países vulneráveis, à priori com certos constrangimentos na área da mulher e género dignos de realce.

Olhando por exemplo, para os aspectos culturais e comportamentais dos PALOP's, estes constituem ainda uma questão considerada muito delicada, que exige esforços globais e específicos destes para a sua mudança e transformação. Este constitui um dos desafios, na medida em que os aspectos acima referidos, já estão influenciados e enraizados por elementos da cultura e educação da sociedade tradicional, com estereótipos masculinos próprios de sistemas de desenvolvimento patriarcal. As mudanças culturais e comportamentais nos PALOP's são de facto um projecto a médio e longo prazos, onde os seus parlamentos e governos devem trabalhar arduamente criando e implemetando políticas públicas adequadas para reduzir os seus efeitos nocivos perante à sociedade.

A fraca escolarização e educação da mulher dos PALOP's, onde os índices de analfabetismo, da pobreza e da violência contra a mulher são muito marcantes e muito sensíveis, sobretudo na população feminina, são outros obstáculos não menos relevantes que influenciam a integração da mulher e a igualdade de género nos lugares de tomada de decisão. O sucesso da democracia e a igualdade do género nos PALOP's depende em parte da remoção destes e de outros aspectos considerados de influência negativa.

4. DESAFIOS

Apesar de se celebrar algumas vitórias neste assunto, nos PALOP's, os desafios ainda são maiores. Para que a igualdade de género ocorra nestes países um dos elementos fundamentais segundo a Directora executiva do UNIFEM, Inês Alberdi no prefácio do Relatório do UNIFEM 2008/2009, é que os governos nacionais, os sistemas judiciários e de execução da lei, os funcionários e os prestadores de serviços, bem como os organismos internacionais consigam traduzir em acção os compromissos que visam a promoção da igualdade de género e dos direitos da mulher. É importante ainda que os governos nacionais incluam as mulheres no processo de supervisão do trabalho dos decisores, onde elas poderão pedir explicações e justificações dos indivíduos no poder para as acções que as afectam, e, têm a capacidade para aplicar as respectivas medidas correctivas quando os responsáveis não asseguram a promoção dos seus direitos sobre a implementação das leis inerentes à problemática do género. Fazem parte ainda das preocupações dos PALOP's, possuir e implementar uma agenda clara e prática sobre a igualdade de género nos planos e programas nacionais e locais no âmbito da sua governação, bem como encontrar mecanismos práticos para a implemetação das recomendações saídas dos seus fóruns no que respeita aos assuntos de igualdade de género.

ESTRATÉGIAS PARA MAXIMIZAR OS ESPAÇOS CRIADOS POR LEI NOS PALOP'S.

Em relação às estratégias para maximizar os espaços já criados por lei, a UNIFEM (2008/2009, pag.28) constatou que " as mulheres no mundo estão a candidatar-se para cargos públicos em números crescentes. Actualmente, alcançaram já uma média de 18,4% dos assentos em assembleias nacionais, ultrapassando os 30% de representantes em assembleias nacionais de 22 países. Um elemento crucial da organização das mulheres em todo o mundo tem sido o seu foco nos processos políticos com vista a influenciar a formulação de políticas e democratizar as relações do poder". A educação das mulheres, o fortalecimento das instituições específicas para lidarem com questões de género e mulher e a criação da rede de mulheres parlamentares nos PALOP's, como instrumento político para influenciar os decisores na criação e implementação de políticas a favor do género, são considerados mecanismos práticos muito importantes, não só para ampliar os espaços ou oportunidades criados por lei, mas, também para consolidar a democracia e valorizar o papel da mulher no desenvolvimento dos países. Como forma de apoiar a maximização destes espaços ou oportunidade para igualdade de género, é relevante e indispensável capacitar os membros dos parlamentos de cada país, bem como torná-los efectivamente líderes capazes de conceber e implementar programas de advocacia e mobilização de recursos.

5. CONCLUSÕES

1. Apesar dos progressos registados nalguns PALOP's, no que respeita à igualdade do género, persiste ainda uma fraca representação das mulheres comparativamente aos homens nos seus parlamentos e nos processos de tomada de decisão em geral. Há ainda um defici democrático que se manifesta pela disparidade de género nas suas instituições, e isto significa que os seus poderes político e público continuam a ser estruturas patriarcais, onde a desigualdade de género ainda pode ser visto com uma certa normalidade.

2. Embora os PALOP's tenham ratificado o CEDAW, ainda prevalecem várias formas de discriminação contra a mulher.

3. As quotas internas dos PALOP's para incluir mais mulheres nos parlamentos na diligência dos partidos políticos são indispensáveis, para garantir que questões das mulheres assentem nas

   Suas plataformas e que exista um número maior das mulheres nas corridas eleitorais. Neste momento, as quotas constituem um meio mais prático e mais eficaz de aumentar o número de mulheres a participar na competição política dos PALOP's.

4. É fundamental definir-se uma política de promoção da mulher conjugada com meios para a sua efectiva implementação. Isto implica vontade política e mobilização social para mudança de mentalidades e de comportamentos nos PALOP's.

5. É imperioso garantir o cumprimento da legislação de cada país para permitir uma maior representação feminina ao nível partidário, parlamentar e da administração do Estado, principalmente em S. Tomé e Príncipe, onde a percentagem da mulher no parlamento ainda é relativamente muito incipiente.

NOTAS FINAIS

(#) O empoderamento económico da mulher, é entendida como presença quantitativa das mulheres no mercado de trabalho e a sua remuneração em termos igualitários em relação aos homens (UNIFEM, 2005). É um aspecto importante para reduzir os níveis desproporcionais de pobreza de mulheres e medida importante para aumentar a sua

Renda familiar e estimular o desenvolvimento económico nos países como um todo. Importa realçar que o empoderamento económico da mulher é importante para promoção da igualdade de género, mas, não é suficiente, por que mesmo as mulheres com mais independência económica são sujeitas à violência de género que tem mil e uma dimensões desde a humilhação à sua condição feminina até à pancadaria. Muitas vezes a mulher violentada até

ganha mais que o marido, mas isto acontece porque a desigualdade entre mulheres e homens estrutura as relações sociais, como relações de poder.

(##) acesso à educação , no sentido lato, quando a mulher pode ser educada formal e informalmente sem discriminação. Isto ajuda muito a mulher a romper com a dominação, mas que por si só não resolve o problema. Muitas mulheres escolarizadas e intelectuais, sofrem durante anos e anos da maior violência, culpabilizando-se e envergonhando-se da sua situação que pensam ser singular (Osório, 2010)..

Então onde devemos colocar o ponto de ruptura? É na rejeição de um modelo que nos prepara ainda na barriga das nossas mães para servir o outro, seja ele o pai, o marido ou o filho. As mulheres são socializadas na desigualdade porque se entende que a diferença entre sexos, significa direitos desiguais. A questão é que fazemos sempre apelos à nossa cultuta para justificar a subalternidade. Ora uma cultura que se exprime através da retiradas de direitos a um dos sexos, tem que ser revista e combatida. Naturalmente que os PALOP's são por uma cultura africana sim. Mas uma cultura que se fundamente na garantia dos direitos humanos, e não numa cultura de violência (Osório, 2010). Por isso a UNIFEM, 2009 explica sobre a importância dos estados elaborarem políticas contra culturais, caso se justifique.

Uma outra questão articulada com as anteriores e que é muito debatida quando se fala em (###) género e desenvolvimento é entendida como a relação entre satisfação das necessidades práticas e estratégicas de género. Embora as primeiras sejam importantes, é pela satisfação das segundas que a mulher é sujeito de direitos humanos, capaz de desafiar as relações de género em qualquer sociedade.

Anexo 1. Distribuição de mulheres nos Parlamento em Estados-Membros da ONU no ano 2009, tendo em conta uma ordem de valor crescente; em 2010 só nos PALOP's

Países	Mulheres no parlamento % 2009	Mulheres no parlamento % 2010*
Ruanda	48,8	
Cuba	43,2	
Finlândia	41,5	
Argentina	40,0	
Costa Rica	36,8	
Espanha	36,3	
Moçambique	**34,8**	**39,2**
South Africa	33,0	
Alemanha	31,6	
Uganda	30,7	
Burundi	30,5	
Tanzânia	30,4	
Portugal	28,3	
Austrália	26,7	
Equador	25,0	
México	23,2	
Senegal	22,0	
Eritrea	22,0	
Etiópia	21,9	
China	21,3	
Canada	21,3	
Itália	21,1	
Filipinas	20,5	
Inglaterra	19,5	
França	18,2	

Cape Verde	**18,1**	**18,1**
Estados Unidos da	16,8	
América		
Burkina Fasso	15,3	
Angola	**15,0 ****	**38,6**
Chile	15,0	
Israel	14,2	
Guinea-Bissau	**14,0**	**10**
Camarões	13,9	
Jamaica	13,3	
Serra Leoa	13,2	
Indonésia	11,6	
Togo	11,1	
Ghana	10,9	
Morrocos	10,5	
Mali	10,2	
Quénia	9,4	
Brasil	9,0	
Cota de Marfim	8,9	
Colômbia	8,4	
Somália	8,2	
Republica Democrática	7,3	
de Congo		
Nigéria	7,0	
São Tomé e Príncipe	**1,8**	**7.3**
Egípcio	1,8	

Fontes: UNIFEM (2008/9) Quem responde às mulheres, Género e Responsabilização, www.unifem.org/progress/2008 . ** União Inter Parlamentar e Unidade de Género da SADC (2004).*Cesaltina Major, Jornadas da Rede das Mulheres Parlamentares da CPLP (2010).

Anexo 2. Comparação da distribuição de mulheres no parlamento e no executivo nos anos 2004 e 2008/9 nos países da SADC

País	Mulheres no Parlamento % 2004	Mulheres no Executivo % 2004	Mulheres no Parlamento % 2008	Mulheres no executivo %2008
Angola	**15,4**	**14,8**	**15,0**	**6,3**
Botswana	18,0	26,7	11,1	27,8
Lesoto	10,8	21,1	25.0	31,6
Malawi	9,3	13,8	13,0	23,8
Maurícias	5,7	4,0	17.1	10,0
Moçambique	**30,0**	**13,0**	**34.8**	**25,9**
África do Sul	30,0	29,6	33,0	44,8
Seicheles	29,4	27,3	23,5	20,0
Suazilândia	3,1	13,3	10,8	18,8
Tanzânia	22,3	14,8	30,4	20.7
Zâmbia	12,0	15,0	15,2	16,7
Zimbabwe	10,0	14,3	13,5	16,3
Namíbia	26,4	15,0	26,.9	25,0
Total	17.3	16,4	20,7	22,1

Fontes: União Inter Parlamentar e Unidade de Género da SADC (2004). UNIFEM (2008/9) Quemresponde às mulheres, Género e Responsabilização, www.unifem.org/progress/2008 Desconhecendo os critérios adoptados por esssas fontes decidiu-se optar pela informação disponibilizada pela Agencia das Nações Unidas, UNIFEM.

Anexo 3. Progressão das Mulheres no Parlamento (I a VI Legislatura) em Moçambique

Deputados	I Legialatura 1977 - 1986	II Legislatura 1987 - 1990	III Legislatura 1990 - 1994	IV Legislatura 1994 - 1999	V Legislatura 1999 - 2004	VI Legislatura 2004 - 2009
Homens	98	199	210	181	173	154
Mulheres	13	24	40	69	77	96
Total	111	223	250	250	250	250
% de	12%	11%	16%	28%	31%	38%
Mulheres						
% de	88%	89%	84%	72%	69%	62%
Homens						

Fonte: Assembleia da República (2009) "Um Olhar sobre a VI Legislatura 2005-2009"

Anexo 4. Posicionamento por género no Governo Moçambicano em 2009

	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres	% Homens
Primeiro Ministro	1	0	1	100%	0%
Ministros	7	20	27	26%	74%
Vice – Ministros	6	14	20	30%	70%
S. Permanenetes a nível Central	7	16	23	30%	70%
Governadores	2	9	11	18%	82%
Secretários Permanetes Provinciais	5	6	11	45%	55%
Chefes do Posto	26	106	132	20%	80%
Administradores	43	247	290	15%	85%
Directores Provinciais	34	130	164	21%	79%

Fonte: Assembleia da República (2009) "Um Olhar sobre a VI Legislatura 2005-2009"

Anexo 5. Posicionamento por género nas Autarquias/2009

Posições	Mulheres	Homens	TOTAL	Mulheres%	Homens%
P. das Assembleias Municipais	1	42	43	2,33%	97,6%
P. dos Conselhos Municipais	3	40	43	5%	95,0%
V. P. das Assembleias Municipais	13	30	43	26%	69,7%

Fonte: Assembleia da República (2009) "Um Olhar sobre a VI Legislatura 2005-2009"

ANEXO 3

O PAPEL DA MULHER NA PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA E BOA-GOVERNAÇÃO NOS PALOPS: A EXPERIÊNCIA DE MOÇAMBIQUE

"A emancipação da mulher não é um acto de caridade, nem de uma posição humanitária, mas, sim, uma necessidade fundamental da revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição do seu triunfo... Não haverá triunfo da revolução sem a libertação da mulher".

SAMORA MACHEL

1. INTRODUÇÃO

A história de Moçambique, analisada numa perspectiva de Países Africanos de Língua Português (PALOPs) tem semelhanças aos outros países deste grupo, mas tem também as suas particularidades próprias do seu contexto, que será interessante destacar, sobretudo na perspectiva do tema que se pretende abordar nesta conferência: ***O Papel da Mulher na Promoção da Democracia e Boa Governação no contexto destes países.***

Moçambique viveu, ao longo dos últimos 40 anos, três guerras e três sistemas com implicações para a vida das pessoas. **Primeiro**, o período colonial comportava estratégias de dominação e protecção das estruturas tradicionais que mantinham os papeis e funções sociais das mulheres e da organização familiar que as sustentava. Portanto, homens e mulheres não eram sujeitos de direitos, as mulheres eram invisíveis, do ponto de vista legal e social. **Segundo**, com a Independência de Moçambique proclamada a 25 de Junho de 1975, pelo então presidente da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), Samora Moisés Machel. Apesar da independência conferir o direito à liberdade por um lado, por outro lado o sistema de economia socialista, centralizador e de governação monopartidária, adoptado ditou a imposição de políticas e medidas de controle da gestão uniformizando a forma de acesso e exercício dos direitos. "A igualdade dos seres humanos, no que se

refere aos seus direitos e deveres e também às suas expectativas, era concebida num modelo que, de facto, negava a esses mesmos seres humanos a possibilidade de escolha" (Osório, 2007)

Prosseguindo, OSORIO (2007) afirma que:

"No que se refere às mulheres, o princípio da igualdade formal, permitiu o acesso massivo à educação, à alfabetização, ao emprego. Há neste período (desde 1975 a meados da década de 80) um esforço tenaz para se atingir a igualdade. No entanto, a natureza da emancipação feminina (até onde podiam ir as reivindicações das mulheres?) foi delimitada por uma ideologia que negava (tanto aos homens, como às mulheres) a possibilidade da diversidade. Partindo de uma lógica marxista-leninista de que, "acabados" os mecanismos de exploração do homem pelo homem, teria lugar uma sociedade mais justa e igual, o sistema não pôs em causa (antes legitimou), os papéis e funções sociais das mulheres".

É notável a coexistência de um discurso que reforça a função materna e educadora das mulheres, com uma igualdade formal com os homens, o que significa assumir que as mulheres devem ser alfabetizadas, devem aceder ao emprego, devem ter salário igual, mas essencialmente, devem ser mães e esposas. E OSÓRIO (2008) prossegue:

... É isto que é enfatizado e é isto que a direcção política do Estado exprime, quando combate o uso de calças justas, quando proíbe as manifestações públicas de carinho entre as pessoas, quando chama a atenção para valores de carácter moralizador. Isto significa que a luta pela emancipação da mulher se inscrevia, nos primeiros quinze anos de independência, num quadro mais geral de emancipação popular. A mulher emancipada continuava (e continua) a ser, segundo o sistema e a sociedade, aquela que produz e alimenta os combatentes (Hino da Mulher Moçambicana). Não se põe em causa os dispositivos que, como o afirma Bourdieu, dão corpo ao habitus e definem as identidades.

De facto CASIMIRO (2004), na sua obra "Paz na Terra, Guerra em Casa: Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique" faz referência a vários destes aspectos e aponta que apesar do esforços envidados pela FRELIMO com a emancipação das Mulheres, através do seu envolvimento no movimento da Luta de Libertação Nacional através do Destacamento Feminino, este processo de emancipação não procurou desafiar, questionar muito menos mudar os papéis sociais das mulheres, mas reforçou, sobretudo, o papel de mãe e educadora dos filhos e da sociedade.

Terceiro, na década de 90, com a nova constituição e garantia das liberdades e principalmente com aprovação da Lei das associações em 1991 que abre espaço para o surgimento de Associações nacionais bem como o aumento de ONG's criam-se novas possibilidades para que a luta pela emancipação das mulheres se pudesse exprimir de forma mais plural. É assim que um número cada vez maior de mulheres começa a ocupar órgãos de decisão, tanto ao nível da administração pública como ao nível do poder político, particularmente no seio dos partidos, da Assembleia da República e do governo.

No entanto, e as pesquisas têm-no demonstrado, a pluralidade da intervenção política, por exemplo, a nível parlamentar, não tem produzido um discurso feminino que questione a necessidade democrática de alterar as relações sociais de género. Com efeito, até hoje não foram propostas pelas parlamentares iniciativas legais de defesa dos direitos das mulheres. Quer dizer, a presença de mais mulheres no poder (quase 40% no Parlamento) não tem impedido que o modelo de intervenção política continue a ser androcrático. Só para referir um exemplo, nos processos eleitorais, a participação das mulheres tem sido, em grande parte, limitada à mobilização e à angariação de votos. (Osório, 2007)

2. ACÇÕES DESENVOLVIDAS E ESTRATÉGIAS ADOPTADAS PELAS MULHERES PARA A PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA E BOA GOVERNAÇÃO EM MOÇAMBIQUE.

Como referido anteriormente, as mudanças constitucionais ocorridas no início da década de 90 permitiram o surgimento de iniciativas que contribuíram para que alguns avanços acontecessem no nível de participação das mulheres na esfera do poder político, nomeadamente nas instituições do estado, no Parlamento e nos órgãos judiciais.

À luz da Lei das Associações aprovadas em 1991, é criado, e oficializado o Fórum Mulher em 1993 Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento, uma rede congregando organizações governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiras, sindicatos e ligas femininas de partidos políticos interessadas em articular os esforços em defesa dos direitos humanos das mulheres e igualdade de género. Sob coordenação do Fórum Mulher e da Organização da Mulher Moçambicana, mais de 50 mulheres participaram na 4ª Conferência internacional da Mulher em Beijing. Regressados de Beijing, o Fórum Mulher assumiu o papel de entidade coordenadora do processo de implementação e monitoria do Plano de Acção Pós-Beijing, desenhado à luz das prioridades definidas a partir da Plataforma de Acção de Beijjing.

Ao longo dos últimos anos muitas acções foram levadas a cabo pelas mulheres, incluindo o fortalecimento do Fórum Mulher como um agente aglutinador de esforços da Sociedade Civil, assumindo uma perspectiva feminista e afirmando assim a sua autonomia perante o Estado e instituições partidárias, e:

- O estabelecimento e reforço de capacidades dos mecanismos institucionais para a promoção da igualdade de género, nomeadamente o Ministério da Mulher e Acção Social, as Associações Femininas, o Conselho Nacional para o Avanço das Mulheres, Redes/Fóruns Provinciais, etc;

- Desenvolvimento de capacidades para as acções em prol da igualdade de género e direitos humanos das mulheres a diferentes níveis, as acções de educação cívica-eleitoral, para melhor participação política das mulheres;

- A organização de campanhas pelos

direitos humanos das mulheres a nível local, nacional, regional e internacional; aliadas às acções de Lobby & Advocacia para mudanças legislativas: aprovação e divulgação da Lei de Terras, Lei de Família e Lei da Violência Doméstica

- Criação de mecanismos de acesso à justiça com serviços de atendimento e assistência jurídica às mulheres vitimas de violação dos seus direitos e com fraco acesso aos mecanismos formais de justiça.

- Monitorização da situação da mulher através da Pesquisa-acção.

- Netoworking com outras instituições e redes a nível de outros países da região (infelizmente poucos países da CPLP!, apenas Angola).

3. OS PRINCIPAIS CONSTRANGIMENTOS QUE A MULHER ENFRENTA AO SE ENVOLVER EM ACÇÕES DE PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA E BOA-GOVERNAÇÃO E AS ESTRATÉGIAS USADAS PARAR ULTRAPASSÁ-LAS.

Tal como referido acima, um estudo recente produzido pela WLSA Woman and Law in Southern Africa Trust, uma ONG nacional voltada para a área de investigação e capacitação, sobre "Análise de Género nas eleições de 2009" mostrou, tal como outros estudos anteriores que as mulheres são muitas vezes activas nas campanhas eleitoras dos seus partidos políticos, todavia, os discursos políticos não reflectem a preocupação das lideranças dos partidos e dos candidatos nenhum compromisso com o avanço da agenda dos direitos humanos das mulheres, seus discursos quando mencionam a mulher é referindo-se ao seu papel de educadora das crianças, dos jovens e da sociedade. Olhando para os manifestos Político-Eleitorais, não é possível encontrar os reais compromissos programáticos em relação aos direitos humanos das mulheres.

Numa sociedade conservadora e que pretende conservar e manter a estrutura social tradicional, qualquer comportamento da mulher que se mostre como um atentado à estas normas de conduta socialmente estabelecidas é vista como um desvio à norma e por tanto criticada e que pode muitas vezes resultar em consequências de exclusão e de perda de confiança pelas estruturas do poder. Os cargos instituídos pelos partidos políticos são cargos de confiança e, agir fora dos padrões de comportamento comummente aceites pelo grupo político pode ser motivo para a quebra da confiança e consequentemente a perda do "mandato". Isto tem feito com que muitas vezes, mesmo mulheres activas e posições criticas, quando ascendem ao poder político acabam tendo que "ajustar-se" ás normas ou regras de conduta do grupo.

No seio familiar e na sociedade, muitas mulheres que estão envolvidas em actividades de advocacia com visibilidade, sobretudo de acção critica e questionadora, são muitas vezes alcunhadas de "frustradas", "mal amadas", "destruidoras de lares",

"importadoras de práticas ocidentais para contrapor-se à 'nossa' cultura", etc.

A falta de capacidade para interagir e enfrentar com segurança os seus oponentes em firme defesa de suas causas, dada o baixo nível de conhecimento é um constrangimento muito grande para as mulheres. Os espaços de decisão política são ambientes com estruturas e padrões rígidos que requerem domínio de como lidar ou enfrentar os desafios com que vai deparar esse ambiente.

A nível do movimento das mulheres, nem sempre há um consenso sobre as estratégias e abordagens a ser adoptadas, o que certas vezes tem criado constrangimentos perante agendas de advocacia. Num país onde se prega que o papel da mulher é ser mãe, educadora e cuidadora do lar, haverá discordância com um discurso que venha propor uma liberdade e autonomia para as mulheres como por exemplo o direito e autonomia de decidir sobre a sua sexualidade, maternidade, etc.

A ser considerado oposição ao poder político. Numa democracia latente, há sempre tendência de se considerar como sendo oposição toda/o aquela/e que questiona ou reivindica algo e como tal, é visto como um mal a ser eliminado.

Todos estes desafios não podem encontrar uma resposta imediata. O movimento das mulheres em Moçambique luta de forma contínua pelo seu fortalecimento através da mobilização, capacitação, construção de uma visão partilhada sobre a perspectiva de direitos humanos das mulheres e a forma como isto pode ser articulado numa dimensão de como enfrentar os determinantes sócio-culturais que determinam a perpetuação das desigualdades de género.

Alianças com outras Redes e ONG's a nível da região e internacional; O uso das referências de instrumentos internacionais tem contribuído para a construção do argumento e para ligar as nossas campanhas a outras campanhas regionais (CEDAW, Protocolo à carta Africana).

4. IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXISTENTES CRIADOS PELA LEI E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA MULHER PARA SUA INSERÇÃO NESSES ESPAÇOS.

Em 2007, a União Africana aprovou a Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governação a qual deve ser aliada à Constituição de cada estado membro, no garante dos direitos dos cidadãos nestas matérias. (UA, 2007)

- Regional: Redes regionais, cimeiras da União Africana;
- Órgãos legislativos e autárquicos: Assembleia da República, Assembleias Provinciais, Assembleias Municipais; (ser partidário, eleito no círculo)
- Órgãos do poder executivo: governo/instituições do estado. (ser partidário)
- Conselhos Consultivos Comunitários. (ligação partidária, influencia)
- Gestão de Empresas Publicas (confiança)

A falta de informação, a falta de capacidade de negociação e a insegurança para desafiar o sistema,

pondo em causa o status quo. O acesso e capacidade de utilização das tecnologias de informação ainda é muito limitada para a maioria das mulheres e isso torna a informação e conhecimento menos acessível a elas.

5. MECANISMOS DE DIVULGAÇÃO

Poderão ser combinadas várias estratégias de divulgação dos mecanismos de participação das mulheres na promoção da democracia e boa governação. A documentação das experiências e práticas das organizações através de revistas ou jornais institucionais, a divulgação destes documentos através das páginas de Internet, envio a outras organizações dos materiais à várias organizações pode ajudar para que as intervenções sejam mais conhecidas. Aliado a isto, as visitas de troca de experiências entre organizações que trabalham com diferentes comunidades (num mesmo país e entre países) incluindo estágios ou permuta temporária de funcionários pode permitir grandes níveis de aprendizagem mutua e trocas de experiências.

Por fim, uma boa capacidade de entrosamento com a Comunicação Social pode contribuir para maior visibilidade das acções desenvolvidas pelas mulheres, todavia, será necessário investir na capacitação de Jornalistas e Chefes de Redacção para que tenham capacidade de reportar numa perspectiva de género.

6. CONCLUSÃO.

A mulher tem um papel fundamental na promoção da democracia e boa governação, uma vez que a existência da democracia é uma condição necessária para que ela possa ter voz e possa reivindicar seus direitos e exigir que sejam respeitados. Por outro lado, é importante que o poder político entenda que a sua força, ou seja, a força do governo e do Estado assenta numa forte sociedade civil e sobretudo na capacidade das cidadãs e cidadãos para demandar a boa prestação de serviços de qualidade, o acesso a justiça para salvaguarda de seus direitos.

Se as mulheres são a maioria da população em cada um dos nossos países, se a população feminina representa grande, senão a maioria do eleitorado, então, grande valor e direito lhe deve ser conferido, sob o risco de perpetuarmos o atraso em relação ao projecto de desenvolvimento tão sonhado e almejado.

A LUTA CONTINUA!

"O PAPEL DA MULHER NA PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA E BOA-GOVERNAÇÃO NOS PALOPS".

Filomena M. Mascarenhas Tipote

INTRODUÇÃO

- O desejável no desenvolvimento das sociedades é a equidade e a igualdade de oportunidades entre os cidadãos num determinado espaço territorial. A identidade de valores e de interesses que possam conduzir a confiança e ao respeito pela forma colectiva de participação tem sido factores de discórdia entre os cidadãos mesmo quando assumimos o direito de manifestação de ideias e ou ideologias diferentes para traçar as estratégias de desenvolvimento das sociedades.

- A democracia como exercício do poder " popular" não nega a participação de todos os Homens na edificação das sociedades e ou dos Estados. O processo para a implementação de politicas participativas e ou de combate as "exclusões" levou que se acolhesse o sistema de eleições democráticas dos representantes das diversas opções que eventualmente poderão garantir aos cidadãos o bem estar.

- Cada força politica elaborara o seu programa de Governação onde garante proceder de forma clara para tornar viável os objectivos de desenvolvimento assim como criar mecanismos que garantem a prosperidade de todos os cidadãos. Criaram-se instrumentos normativos da convivência dos cidadãos vivendo na mesma área geográfica e dá-se-lhes a responsabilidade de garantirem o bom funcionamento desses instrumentos a favor das comunidades.

- Esse processo funciona nos Estados onde se respeitou o compromisso de consagração de formas de governação ordenada e hierarquizada onde o poder do Estado está assente nos chamados

três pilares do poder democrático: O Legislativo (onde os cidadãos elegem os seus representantes e concedem-lhes a procuração para agir em conformidade com o manifesto politico apresentado pelas organizações politicas na qual votaram); O Executivo (os que assumem o poder da Governação e gestão da coisa pública conforme o manifesto politico que convenceu os cidadãos a conferem o maior número de votos a organização politica vencedora da eleição) e O Judicial (que fiscaliza e ordena a vivencia dos cidadãos).

AS ACÇÕES DESENVOLVIDAS E ESTRATÉGIAS ADOPTADAS PELA MULHER, NA GUINÉ-BISSAU, PARA A PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA E BOA DA GOVERNAÇÃO

ANTES DA INDEPENDÊNCIA

Durante a luta de libertação da Guiné-Bissau todos os intervenientes na gestão da força humana compreenderam que há uma necessidade de utilizar a formação como um factor primordial na implantação das mudanças socioculturais nas populações mesmo que conscientes das contradições que essas acções poderiam implantar no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau independente.

Nesse processo nem os libertadores nem os colonos apostaram na formação dos cidadãos de forma indiscriminada ou conceituosa e nessa esteira a mulher e os cidadãos autóctones (hoje conhecidos por população desfavorecidas) foram os mais visados por medidas segregacionistas impostas. Deliberadamente, pelos actores da luta de libertação e da colonização. As mulheres tiveram acesso a educação e a formação cívica conforme o estatuto social que a sociedade ou organização dispensara aos seus parentes. Nessa lógica o movimento libertador criou escolas nas zonas libertadas e obedeceu o princípio da não discriminação para criar as mesmas oportunidades para todos os cidadãos como resposta as iniciativas dos colonos de também valorizar as populações colonizadas (a evangelização fora utilizada como instrumento para correcção das mentes). O movimento libertador utilizou a doutrina marxista leninista para se posicionar no bloco contrário ao bloco do colono e formou quadros para a sustentação do aparelho da luta de libertação.

DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA

Após a independência a necessidade da padronização do Estado levou os dirigentes a admitir, mesmo de forma tímida, o acesso da mulher na Governação e na vida pública. Os indicadores disponíveis apontam para 8% de mulheres nos três pilares do Estado democrático

A Guiné - Bissau é um Pais com uma população de 1.548.159 habitantes, dos quais 792.300 são mulheres (dados preliminares do RGPH de 2009). A disparidade do género na educação está ainda longe de ser satisfatória, os rácios de 83 raparigas por 100 rapazes ou 44 raparigas por 100 rapazes respectivamente no ensino primário e secundário

em 2004 ilustram a evolução e o paralelismo na influência que as mulheres têm na sociedade Guineense.

Apesar do quadro assustador que aqui se apresenta, o associativismo está a servir de tábua de salvação e o espaço de intervenção das mulheres começa a ser significativo. Nos Partidos Políticos a representação do género começa a ser estatutária o que vai servindo de mecanismo para uma maior participação na Governação e na introdução de valores como a transparência o anticorrupção e a condenação dos traficantes de drogas pelo nosso território.

OS PRINCIPAIS CONSTRANGIMENTOS QUE A MULHER ENFRENTA AO SE ENVOLVER EM ACÇÕES DE PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA E BOA-GOVERNAÇÃO E AS ESTRATÉGIAS USADAS PARA ULTRAPASSA-LOS CONTEXTO

- Gestão politica
- Padrão patriarcal
- Conflito politico de 7 de Junho de 1998
- Pobreza
- Fragilidades da justiça
- Injustiça e exclusão social
- Insegurança

FACTORES

- Iletrismo
- Educação
- Politica
- Desgovernação

O que é contrario á boa governação que implica preocupação com os mais fragilizados e desprotegidos da sociedade, estar à escuta e em diálogo com as mais íntimas aspirações dos cidadãos e colocar o Estado acima dos momentâneos interesses partidários e pessoais.

Também as organizações da sociedade civil estão a ser uma forma mais eficaz da participação da mulher guineense no desenvolvimento. Independentemente da sua vulnerabilidade institucional e financeira, da falta de democracia interna, de prestações de contas etc. ...

IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXISTENTES CRIADOS PELA LEI E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA MULHER PARA SUA INSERÇÃO NESSES ESPAÇOS LEGISLAÇÃO

Quanto a este aspecto a Guiné Bissau é um país que herdou e adaptou muitas leis do colonialismo. Esta herança e ou adaptação nem sempre tem sido pacificas, constituindo assim motivos ate de conflitos.

Outro aspecto é que na constituição todos os cidadãos são iguais perante a lei. Mas vamos ver algumas contrariedades:

Não existe a harmonização da Constituição e do quadro legal em geral, de acordo com os princípios da Convenção sobre Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (ex: Mutilação genital feminina, Herança). Por isso é que o desafio

da mulher Guineense neste momento é Reforma do Sistema Judicial para garantir uma justiça acessível, célere, efectiva e independente, capaz de contribuir para uma paz duradoira, dando uma atenção adequada que permita responder com eficácia às necessidades específicas das mulheres e uma governação que assegure a repartição equitativa dos recursos públicos, de forma a promover a igualdade social e de género.

Garantir o acesso ao crédito para as mulheres através de instituições financeira

INSTITUIÇÃO

Para além dos aspectos de lei existem espaço criado pelo governo, no ministério da solidariedade, família e da luta contra pobreza, que é o instituto da mulher e criança, que tem uma dotação orçamental só de funcionamento.

Para além do governo, na Assembleia nacional Popular existe a comissão especializada para a área da mulher e criança assim como a rede de mulheres parlamentares.

Na sociedade civil, encontramos varias organizações a trabalharem na promoção da mulher, contudo de forma dispersa.

Os mecanismos existentes para a divulgação e melhor aproveitamento desses espaços e formas de cooperação com os outros países de língua oficial portuguesa.

Por falar de mecanismos é mais oficial, dependendo assim da funcionalidade do estado e sua governação.

Lista dos participantes do IEPA2010

INSTITUTO DE EDIFICAÇÃO DA PAZ PARA OS PALOPs

Nr.	Nome	Instituição	E-mail
1	**Abiba Massequece B. Tamele**	Ministério do Trabalho	abibamasekese@hotmail.com
2	**Adélia Lobato**	Associação Wiwanana Erati	
3	**Adelina N.M. Come**	FDA Financeira	
4	**Agostinho Múrias**	MUTEKO	
5	**Aida Muhai**	OREC	orecmoz@tdm.co.mz
6	**Alcinda da Conceição**	Comissão assuntos de Mulher e Género	alcindadaconceicao@hotmail.com
7	**Alfiado Zunguze**	JustaPaz	
8	**Alfredo Monjane Júnior**	Igreja Vinde a Mim	mondlane_alfredo@yahoo.com.br
9	**Ana Cuna Salegua**	Ministério do Interior	anakundasalegua@hotmail.com
10	**Ana Isabel Elias Manjate**	CCM - Inhambane	
11	**Ângela Jorge**	AMPDC	jorgeangelajorge@yahoo.com.br
12	**Ângela Nhavoto da Silva**	OREC	
13	**Angelina Mahundla**	Fórum Mulher	amahundla@gmail.com
14	**Aníbal Muendane**	OREC	
15	**Anita Manuel**	Viascm	
16	**Anselmo Mueleia**	ADECAMI	
17	**Antonieta Ema Mechisso**	ORAM	mechisso.antonieta391@gmail.com
18	**António Gaspar**	CEEI/ISRI	cazula57@gmail.com.com
19	**António Gimo Simango**	Rede ONG´s Direitos Humanos	redeongdireitos@yhoo.com.br
20	**António Pedro Simbine**	AMODEG	
21	**António Wilson**	IMUM	
22	**Apolónia António**	Ministério do Interior	
23	**Arminda Jaime Vombe**	Comissão assuntos de Mulher e Género	
24	**Bachir Cassimo**	AGEMOD	
25	**Benigna Chelengo**	JustaPaz	
26	**Cariama Buacuane**	Inst.Invest. Agrag. Moç.	carimabucua@yahoo.com.br
27	**Carla Mariza**	Fórum Mulher	cmariza.esculudes@gmail.com
28	**Carlos Victorino Abudala**	COREM	abudalacarlos@yahoo.com.br
29	**Cecília Chongo Manhiça**		
30	**Celso Gusse**	ORAM	celsogusse2002@gmail.com
31	**Cidália Amélia Kucas Monjane**	Coligação Justiça Económica	

32	**Clementina Gemo**	Action Aid	clementina.gemo@actionaid.org
33	**Custódio Duma**	DANIDA	cdnesta@gmail.com
34	**Dalila Manuel Macuácua**	Horizonte Azul	
35	**Edite Marisa Simião**	Fundo de Desev. Agrário	
36	**Elisa Maria da Silveira Muianga**	JustaPaz	e.muianga@awepa.org.mz
37	**Elcina Divar Chirindza**	Action Aid	
38	**Emanuela Mondlane**	Fórum Mulher	emanuela@forummulher.org.mz
39	**Enilde Sarmento**	ISRI/CEET	
40	**Ernesto Manhiça**	FOMEC	
41	**Eugénio Luís Cabito**	AGEMOD	
42	**Eva Texeira Dias**	Assembleia da República	
43	**Ezequiel Marcos Nhantumbo**	The Mozambique Initiative	cnhantumbo@tvcabo.co.mz
44	**Felismina Zainabo Binane**	CCM	
45	**Fernando Curasse**	Action Aid	fernando.curasse@actionaid.org
46	**Fernando Nhatave**	AMODE	
47	**Fernando Nhatave**	AMODE	fernando@amode.org.mz
48	**Filomena David Motiane**	JustaPaz	
49	**Filomena M. Mascarenhas Tipote**	G.Bissau - Voz di Paz	flmnmascarenhas@gmail.com
50	**Florência Joel Muianga**	CCM	
51	**Florência Manjate Muianga**	CM - Matola	
52	**Florentina Hilário Machava**	JustaPaz	
53	**Francisco de Assis**	JustaPaz	
54	**Francisco João Langa**	Individual	
55	**Francisco Motara Vilanculos**	Igreja Adventista 7º dia	
56	**Gildo Nhapuala**	N´WETI	gildo.nhapuala@nweti.org.mz
57	**Gomes Victorino Foloma**	FOMEC	gomesfoloma@yahoo.com.br
58	**Hélder Firmino Mangaze**	CCM	helder_mangaze@yahoo.com
59	**Helena Tomás dos Santos**	Igreja Evangélica Cristo Vive	
60	**Horácio Laita**	JustaPaz	
61	**Humberto Ossemane**	KEPA/Fórum Mulher	
62	**Iassine Ussene Taquedir**	Conselho Islâmico	
63	**Isabel Búfalo**	JustaPaz	
64	**Inês Sigaúque**	Fórum Mulher	isigauque@yahoo.com.br
65	**Ivan Gaspar Bonde**	Governo de Inhambane	ivanbond21@yahoo.com.br
66	**Jamisse Taimo**	JustaPaz	
67	**Joana Alberto Camunga**	Rede Nac. Direitos Humnos	
68	**Joana Macie**	Notícias	joanamaria2003@yahoo.com.br
69	**Joana Mondlane**	Assembleia da República	joanamuch@yahoo.com.br
70	**João Henrique Cumbi**	Confecções Religiosas	joaocumbi@yahoo.com.b

71	**João Zeca Gutera**	CCM	zecagute@yahoo.com.br
72	**Joaquim dos Remédios de Araújo**	Igreja Católica	
73	**Joaquina Paulo**	CMCI	
74	**Jorge Saiete**	JustaPaz	
75	**Jorge Wilson Cascua**	NPITC	
76	**José Ivo Correr**	Fórum Mulher	jiccorreia@gmail.com
77	**José Melisse**	Núcleo Prov Resolução Conflitos	milicehouse@gmail.com
78	**Josefa Lopes Langa**	MMAS	jvllanga@yahoo.com.br
79	**Judite Avelina Enoque**	MMAS	
80	**Judite Valente Saveca**	Igreja Louva Deus Fonte Benção	
81	**Lídia Mangueza Huo**	AMMEC	
82	**Lígia Juvência Cuinica**	Conselho Cristão Moçambique	
83	**Lisete Lisboa Mucasse**	Fórum Mulher	
84	**Lorta Vicente Mumuane**	ANAMAR	
85	**Lúcia Alberto José Maganja**	Associação Abevine	
86	**Lúcia Pedro**	Associação Amuna	
87	**Luís Carlos Abrantes**	MMAS	abrantes7@hotmail.com
88	**Luís Lampião**	AADC	
89	**Manuel António Jac do Rosário**	ACCORD/Fórum Mulher	mrndo@yahoo.com.br
90	**Maria Adozinda Manhiça**	Fórum Mulher	
91	**Maria de Lurdes**	AADG	
92	**Maria Helena Feluane**	JustaPaz	maria.feluane@yahoo.com
93	**Maria Nelita Mandava**	Amodeg	nellymandava@yahoo.com.br
94	**Mariazinha Edmundo Maganja**	ASFM	mariazinda@yahoo.com.br
95	**Marta António Mbebe**	AMODEG	
96	**Martins Vasco Nhatave**	Igreja Metodista Unida	
97	**Maurício Matsinhe**	Actionaid	
98	**Naimo Vasco Adolfo**	Embaixada dos EUA	
99	**Nelson Pinto Lumbela**	Igreja Evangélho Completo	
100	**Nylia Karina Germana Mocuba**	NANA	karina-germano@hotmail.com
101	**Nzira Sofia Deus**	Fórum Mulher	nzira@fonemulherorg.mz
102	**Olindo Nicopola**	Action Aid	
103	**Otília Aquino**	AMODE	
104	**Paulo Pedro Pebane**	CCM	
105	**Pedro Búfalo**	JustaPaz	
106	**Pedro Júnior**	JustaPaz	
107	**Rabeca Glória Gomes**	Fórum Mulher	
108	**Raquel Carlos Zunguze**	Conselho Cristão Moçambique	
109	**Rebecca Avelino Mabui**	UDACAM	rebecagloria@gmail.com

110	**Regina Maguni**	Ministério da Mulher e Acção Social	
111	**Ricardo Jaime Cossa**	Inst. Super. Relações Internacionais	ricardo.cossa@gmail.com
112	**Rosita Alberto Valoi**	JustaPaz	r.avaloi@awepa.org.mz
113	**Rosta Adalberto Conceição**	Kuganissica	
114	**Salvador Nkamate**	JustaPaz	
115	**Samuel Manhiça**	JustaPaz	
116	**Samuel Tafula Quamba**	AMODEG	tafulaquamba@yahoo.co
117	**Sandra Virgínia Chichava**	MMAS	sandrachi.fumo@gmail.com
118	**Saquina Macavele**	Fórum Mulher	mugede@gmail.com
119	**Teles Lopes Ucucho**	MUGEDE	teleslopes24@yahoo.com.br
120	**Telma Tonela**	JustaPaz	
121	**Telmina Pereira**	Comissão assuntos de Mulher e Género	telmina.pereira@teledata.mz
122	**Teresa José Domingos Male**	OPDH	
123	**Teresa Poundo**	Action Aid	
124	**Tomás José Jane**	Escola Superior de Jornalismo	tomasjane55@gmail.com
125	**Ussene Amade Amade**	Conselho Islâmico	moamedeamade@yahoo.com.br
126	**Virgílio Evaristo Wanela**	ADEMIMO	vewanela@yahoo.com.br
127	**Virgínia Eduardo**	Associação Kanimambo	
128	**Virgínia Santiago Mocuba**	AMUDZA	
129	**Zaida Ismael Hatia**	Inst. Invest. Agrag. Moç.	Zaidahatia@hotmail.com